



# ANAIS DA ASSEMBLÉIA

Nº 098

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 19 DE NOVEMBRO DE 2003

ANO XXIX

## Mesa Diretora

**HERMAS BRANDÃO**  
Presidente - PSDB

**NATÁLIO STICA**  
1º Vice-Presidente - PT

**AUGUSTINHO ZUCCHI**  
2º Vice-Presidente - PDT

**ARLETE CARAMÊS**  
3º Vice-Presidente - PPS

**NEREU MOURA**  
1º Secretário - PMDB

**GERALDO CARTÁRIO**  
2º Secretário - PSL

**CLEITON KIELSE**  
3º Secretário - PFL

**RENI PEREIRA**  
4º Secretário - PSB

**EDSON PRACZYK**  
5º Secretário - PL

**ABIB MIGUEL**  
Diretor Geral

## Lideranças

Líder do Governo .....	Ângelo Vanhoni
Líder da Oposição .....	Durval Amaral
PTB .....	Carlos Simões
PFL .....	Plauto Miró Guimarães
PSDB .....	Ademar Traiano
PMDB .....	Antonio Anibelli
PPB .....	Duílio Genari
PT .....	Luciana Rafagnin
PDT .....	Neivo Beraldin
PSL .....	Luiz Carlos Martins
PL .....	Chico Noroeste
PPS .....	Waldir Leite
PSB .....	Doutor Luciano

## Representação Partidária

PMDB - 11: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - José Maria Ferreira - Nereu Moura - Rafael Greca - Vanderlei Iensen; PT - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes da Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; PSDB - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi (em licença) - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Nelson Tureck - Nelson Garcia (em licença) - Valdir Rossoni; PFL - 06: Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; PDT - 04: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 04: Cida Borghetti - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Miltinho Pupio; PTB - 03: Ailton Araújo - Carlos Simões - Jocelito Canto; PPS - 03: Arlete Caramês - Marcos Isfer - Waldir Leite; PSB - 03: Doutor Luciano - Ratinho Júnior - Reni Pereira; PL - 03: Chico Noroeste - Mauro Moraes - Pastor Edson Praczyk; PSL - 02: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins.

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
15ª LEGISLATURA  
ATA DA 097ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM  
19 DE NOVEMBRO DE 2003**

*(quarta-feira)*

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Antonio Anibelli e Geraldo Cartário.

À hora regimental foi registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Hermas Brandão, Natálio Stica, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Cleiton Kielse, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Ailton Araújo, Ângelo Vanhoni, André Vargas, Antonio Anibelli, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Doutor Luciano, Duílio Genari, Durval Amaral, Elio Rusch, Elza Correia, Elton Carlos Welter, Fernando Ribas Carli, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Neivo Beraldin, Nelson Justus, Nelson Tureck, Padre Paulo Campos, Pedro Ivo Ilkiv, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni, Vanderlei Iensen e Waldir Leite (53). Achando-se ausente o senhor deputado Alexandre Curi (01).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

**SESSÃO.**

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

**EXPEDIENTE:**

**Proposta de Emenda:**

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO**

Senhor Presidente:

Artigo Único - O parágrafo 3º do artigo 61, da Constituição do Estado do Paraná passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 61 - ...

§ 3º - A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná reunir-se-á em Sessão Preparatória, a partir de 1º de fevereiro, no primeiro ano de legislatura, para a posse de seus membros e eleição da Mesa, para mandato de dois anos.”

Sala das Sessões, em 19.11.2003.

(aa) DELEGADO BRADOCK, ALEXANDRE CURI, FRANCISCO BÜHRER, WALDIR LEITE, CHICO NOROESTE, BARBOSA NETO, ARLETE CARAMÊS, VANDERLEI IENSEN, ELIO RUSCH, ANTONIO ANIBELLI, ADEMIR BIER, RENATO GAÚCHO, NEIVO BERALDIN, PASTOR EDSON PRACZYK, NELSON TURECK, AILTON ARAÚJO, RENI PEREIRA, CIDA BORGHETTI, DURVAL AMARAL, CARLOS SIMÕES, JOSÉ MARIA FERREIRA, MAURO MORAES, LUIZ NISHIMORI, MILTINHO PUPIO, JOCELITO CANTO, AUGUSTINHO ZUCCHI, DUÍLIO GENARI, DOUTOR LUCIANO, DOBRANDINO DA SILVA, CLEITON KIELSE, MARCOS ISFER e FERNANDO RIBAS CARLI.

**JUSTIFICATIVA:**

A presente proposta de emenda constitucional, nasce com fundamento no princípio da reeleição, pois é descabido que uma administração satisfatória e condizente com os anseios daqueles que a elegeram, não possa ser reconduzida aos seus cargos executivos, possibilitando a continuidade de relevantes programas e projetos que estão em desenvolvimento, trabalhos estes que com tanto esmero e dedicação foram elaborados, sendo mister que não sejam interrompidos para o bem e o fortalecimento da instituição do Poder Legislativo do Estado do Paraná.

Sendo assim esperamos contar com o apoio dos nobres pares desta Assembléia de Deputados para a aprovação da presente proposta, que permitirá a continuidade do que está dando certo e produzindo resultados ao povo do nosso Estado.

**Requerimentos:**

**REQUERIMENTO Nº 2698**

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, regime de urgência ao Projeto de Lei nº 286/2003, de minha autoria, que tem por objetivo proibir a comercialização de pneus usados importados no Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 19.11.2003.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

**REQUERIMENTO Nº 2700**

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, regime de urgência ao Projeto de Lei nº

395/2003, de minha autoria, que tem por objetivo estabelecer a responsabilidade da Administração Pública Estadual pelos danos decorrentes das invasões e/ou ocupações de terras cujo cumprimento das decisões judiciais de reintegração de posse não seja determinado ou eficazmente efetivado pelos entes públicos competentes.

Sala das Sessões, em 19.11.2003.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

#### REQUERIMENTO Nº 2685

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, parágrafo 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final aos projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente Sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 19.11.2003.

(a) GERALDO CARTÁRIO

#### REQUERIMENTO Nº 2687

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER arquivamento do Projeto de Lei nº 016/2003, de autoria do deputado Tadeu Veneri, que dispõe sobre a realização de plebiscito diante de propostas de obras e serviços estaduais de grande vulto.

Sala das Sessões, em 19.11.2003.

(a) ÂNGELO VANHONI

#### REQUERIMENTO Nº 2705

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, desanexação do Projeto de Lei nº 220/2003 de minha autoria, que dispõe sobre a adoção de cota de 50% das vagas dos cursos de graduação das instituições estaduais de ensino superior, para alunos da rede pública de ensino, dos Projetos de Lei nºs 156/2003 e 269/2003.

Sala das Sessões, em 19.11.2003.

(a) FERNANDO RIBAS CARLI

#### REQUERIMENTO Nº 2696

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e na qualidade de presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Jogos Mundiais da natureza, REQUER a concessão de prazo suplementar até o dia 15 de dezembro de 2003, de acordo com o artigo 36, parágrafo 3º do Regimento Interno desta Casa de Leis.

A prorrogação do prazo até a presente data é indispensável à conclusão dos trabalhos desta CPI, visto que a mesma está na fase de elaboração do relatório final.

Sala das Sessões, em 19.11.2003.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

#### REQUERIMENTO Nº 2688

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações pelo XXI aniversário de emancipação político-administrativo do município de Vera Cruz do Oeste, cujas festividades acontecerão no período de 14 a 24 de novembro de 2003, quando também acontecerá a abertura oficial da 3ª Expoaveco - Exposição Agropecuária de Vera Cruz do Oeste.

Requer, ainda, que do presente se dê ciência ao Exmo. Sr. prefeito municipal Marcos Vilas Boas Pescador, bem como ao Exmo. vereador Marcos Antonio Lanzana, presidente da Câmara Municipal de Vera Cruz do Oeste.

Sala das Sessões, em 19.11.2003.

(a) ADEMIR BIER

#### REQUERIMENTO Nº 2689

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações pela posse da desembargadora Denise Martins Arruda, no cargo de ministra do Superior Tribunal de Justiça, a realizar-se no dia 18 de novembro de 2003, em Brasília.

Requer, ainda, que do presente se dê ciência a Exma. desembargadora Denise Martins Arruda, no endereço: Superior Tribunal de Justiça - Setor de Administração Federal Sul - Quadra 6, Lote 1 - Brasília-DF.

Sala das Sessões, em 19.11.2003.

(a) ADEMIR BIER

#### REQUERIMENTO Nº 2690

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações pela inauguração do Centro Administrativo e a nova Agência do Sicredi no município de Medianeira, a ser realizado no dia 28 de novembro do corrente ano.

Requer, ainda, que do presente se dê ciência aos Srs. Manfred Afonso Dasenbrock e Luis Hoffinger, respectivamente presidente e vice-presidente da Cooperativa de Crédito Cataratas do Iguaçu - Sincredi, no endereço: Rua Paraguai, 1407 - CEP: 85.884-000 Medianeira-PR.

Sala das Sessões, em 19.11.2003.

(a) ADEMIR BIER

# REQUERIMENTO Nº 2691

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, REQUER à Mesa, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da presente Sessão, um voto de congratulações ao Hospital Universitário de Maringá, pelo recebimento do título de Hospital Amigo da Criança.

Sala das Sessões, em 19.11.2003.

(a) DOUTOR LUCIANO

JUSTIFICATIVA:

O Hospital Universitário de Maringá, no dia 18 de novembro do corrente, recebeu o título de Hospital Amigo da Criança, concedido pelo Ministério da Saúde.

Há quase oito anos o Hospital tem trabalhado, através de uma equipe multidisciplinar, visando receber o título. Para isso é necessário seguir vários critérios técnicos como por exemplo, a redução do desmame precoce e da diminuição da mortalidade infantil.

O Hospital é o 16º do Estado a receber esse título e o primeiro da região Noroeste do Paraná. É louvável que o Hospital de Maringá tenha sido premiado ao garantir um baixo índice de cesarianas e a manutenção de obstetra e pediatra nas salas de parto.

# REQUERIMENTO Nº 2692

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, REQUER à Mesa, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da presente Sessão, um voto de congratulações à Sra. Fani Lerner, pelo recebimento do Prêmio Kellogg's para o Desenvolvimento da Criança, oferecido pela organização americana World of Children em parceria com a instituição americana Hannah Neil.

Sala das Sessões, em 19.11.2003.

(a) DOUTOR LUCIANO

JUSTIFICATIVA:

A Sra. Fani Lerner foi selecionada para esse prêmio entre 140 candidatos de vários países dos cinco continentes. É importante ressaltar que é a primeira vez que um latino-americano vence o Kellogg's Award.

A Sra. Fani Lerner, ainda adolescente começou a trabalhar como voluntária dentro das favelas, ensinando crianças pobres e também seus pais sobre noções básicas de higiene, saúde e primeiros cuidados. Como primeira dama de Curitiba, Fani criou a ONG Provopar Municipal, uma rede com 400 voluntários que revolucionou o trabalho social no Paraná. Em 1989, assumiu a pasta da Secretaria da Criança de Curitiba, que ocupou por 6 anos e onde criou 40 programas voltados a crianças e adolescentes. Como secretária da Secretaria da Criança no governo do Estado realizou um grande trabalho, que em conjunto com a Secretaria da Saúde do Estado reduziu a mortalidade Infantil de 25,58% para 15,81% de 1994 a 2002.

# REQUERIMENTO Nº 2695

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve e no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam enviados votos de louvor para a professora Célia Maria Zen Franco Gonçalves, por seu notório trabalho em prol da educação da juventude, em especial por sua imensa participação no estímulo ao desenvolvimento educacional e da língua portuguesa, distinguindo-se inclusive nos resultados obtidos na premiação de 2003 do "Jovem Cientista" - CNPq/Eletronas/Fundação Roberto Marinho sob sua orientação.

Sala das Sessões, em 19.11.2003.

(a) RATINHO JÚNIOR

# REQUERIMENTO Nº 2697

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem mui respeitosamente REQUERER, votos de louvor à ANEOR, pela posse da sua nova diretoria nesta seara simbolizada pelo ilustre presidente José Alberto Pereira Ribeiro.

Solicito a especial gentileza em notificar o interessado, Ilmo. Sr. José Alberto Pereira Ribeiro acerca do voto em apreço, no endereço sito à Rua Emílio de Almeida Torres, 618, bairro Jardim Esplanada, Curitiba-PR, CEP: 80.740-160.

Sala das Sessões, em 19.11.2003.

(a) MARCOS ISFER

# REQUERIMENTO Nº 2699

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o encaminhamento de votos de louvor para a estudante Renata Bossle, que bem representando a juventude estudantil do Paraná, recebeu prêmio do CNPq/Eletronas/Fundação Roberto Marinho em recente certame nacional, desenvolvendo o trabalho "Dicionário Aquoso".

Sala das Sessões, em 19.11.2003.

(a) RATINHO JÚNIOR

# REQUERIMENTO Nº 2684

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao diretor-geral do Departamento de Estradas de Rodagem - DER, Sr. Rogério Wallbach Tizzot, solicitando calçamento poliédrico, com pedras irregulares, trecho de sete quilômetros, ligando o distrito de Nova Amoreira a São José.

Sala das Sessões, em 19.11.2003.

(a) RATINHO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

A falta de conservação nesse trecho vem causando sérios transtornos, principalmente nos dias de chuva,

quando os moradores daquela comunidade ficam praticamente isolados pela dificuldade do tráfego.

É uma reivindicação antiga da Associação dos Moradores de Nova Amoreira e que gostaríamos que fosse priorizada pelo Departamento de Estradas de Rodagem.

#### REQUERIMENTO Nº 2686

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, REQUER à Mesa, após ouvido o douto Plenário, que solicite ao Exmo. Sr. Paulo Cruz Pimentel, M.D. diretor-presidente da Companhia Paranaense de Energia Elétrica do Paraná - Copel que se digne informar quais são os critérios usados para incluir no Programa Luz Fraterna as famílias paranaenses de baixa renda que não estejam inscritas em algum dos programas sociais do Governo Federal.

Sala das Sessões, em 19.11.2003.

(a) DOUTOR LUCIANO

#### JUSTIFICATIVA:

Temos sido interpelado por inúmeros cidadãos pobres que, enfrentando sérias dificuldades de subsistência, vêm na inclusão de seu domicílio no anunciado Programa Luz Fraterna, aprovado por lei por esta Assembléia Legislativa, a esperança de alguma melhoria em suas condições concretas de vida.

Tais cidadãos, porém, têm encontrado dificuldades de informação e de encaminhamento dos procedimentos necessários para que sejam incluídos no Programa.

Por esta razão, solicitamos esclarecimentos sobre os critérios utilizados para tal finalidade.

### Projetos de Lei:

#### PROJETO DE LEI Nº 691/2003

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Os estudantes do sistema estadual de ensino superior se obrigam a participar de atividades destinadas ao desenvolvimento sócio-econômico-cultural do Estado do Paraná.

Parágrafo Único - As atividades se desenvolverão por um a dois anos e podem ser realizadas em instituições públicas, filantrópicas ou assistenciais e em condições e horário compatíveis com as atividades acadêmicas e/ou profissionais do graduando/graduado.

Art. 2º - No ato de matrícula em instituição pública estadual, o estudante universitário firmará termo de responsabilidade de cumprimento da obrigação, que deverá ser realizada em até dois anos após a conclusão do curso.

Parágrafo Único - As atividades poderão também ser desenvolvidas já a partir da realização do curso superior.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.11.2003.

(a) RATINHO JÚNIOR

#### JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei visa adequar as possibilidades do Estado do Paraná com as necessidades da sociedade paranaense. O investimento em educação superior é uma marca importante da administração pública do Paraná, atingindo níveis bem elevados em termos de esforço financeiro e administrativo. De outro lado, deve-se observar que a mesma sociedade que financia os estudos superiores requer algum retorno que beneficie sobretudo instituições em comunidades destinadas ao atendimento de carências ou que urgem desenvolvimento nas áreas da cultura, tecnológica e ainda sócio-cultural.

Não será pedir demais que os graduandos ou recém-graduados participem do projeto de desenvolvimento do Estado em atividades as mais diversas e que tragam efetivo benefício para a comunidade. Assim, áreas como educação, cultura, psicologia, medicina, veterinária, fisioterapia, nutrição, química, educação física e muitos outros setores, serão atendidos pelos cerca de 50.000 acadêmicos ou recém-graduados.

É uma forma eficiente de contribuir e mesmo de desenvolver suas habilidades profissionais na perspectiva de construção de uma sociedade justa.

#### PROJETO DE LEI Nº 692/2003

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - A taxa paga ao Detran/PR para realização de exames destinados à obtenção da Carteira de Habilitação de Motorista corresponderá também a eventual segundo exame no referente àqueles que não lograrem êxito na primeira realização.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.11.2003.

(a) RATINHO JÚNIOR

#### JUSTIFICATIVA:

Não são poucos os casos em que os candidatos à obtenção da Carteira Nacional de Habilitação se vêem privados da possibilidade de desenvolver atividades as mais diversas, por não possuírem condições financeiras para um segundo exame.

O presente projeto de lei visa adequar as possibilidades do Detran/PR e as necessidades da população, viabilizando uma segunda oportunidade para aqueles que não obtiverem êxito, eventualmente, numa primeira ocasião.

## PROJETO DE LEI Nº 693/2003

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

## D E C R E T A :

Art. 1º - Fica instituída a Universidade Estadual para o Desenvolvimento do Litoral do Paraná, com sede em Paranaguá.

Parágrafo Único - A atual Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Paranaguá, com seu pessoal, patrimônio e orçamento, passa a constituir a entidade prevista no *caput* do artigo.

Art. 2º - Fica também o Estado do Paraná autorizado a firmar convênios com a União, a Universidade Federal do Paraná, o Cefet, os municípios que compõem a região litorânea paranaense e outras entidades para a consecução dos objetivos desta lei.

Art. 3º - O chefe do Poder Executivo procederá às alterações administrativas e orçamentárias necessárias para a implementação desta lei e num prazo de até cento e oitenta dias.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.11.2003.

(aa) RATINHO JÚNIOR  
WALDIR LEITE

## JUSTIFICATIVA:

Há muito tempo o litoral do Estado do Paraná aguarda a elaboração de políticas efetivas de desenvolvimento regional. Infelizmente, e por motivos os mais variados, a situação da região não tem se alterado, o que provocou um empobrecimento e recrudescimento sem comparação de toda a região.

O presente projeto de lei visa dotar o litoral do Paraná de um instrumento capaz de absorver a situação existente e devolver em forma de projetos para o desenvolvimento regional.

Não se trata - na espécie - de um projeto de simples criação de faculdade, cursos superiores ou universidade, mas de efetivo instrumento para o desenvolvimento com ampla participação das comunidades envolvidas.

Por certo a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Paranaguá instituída pela Lei nº 4144 de 13 de agosto de 1956 e que conta com diversos cursos superiores, corpo docente e servidores e a previsão orçamentária em torno de R\$2.341.500,00, servirá como base para a implementação do projeto que em sua totalidade não ultrapassará em curto prazo o valor de R\$5.000.000,00.

Os recursos concedidos para a recente estadualização da Faculdade Meneghel de Bandeirantes alcançaram, segundo previsão provisória, a quantia de R\$5.694.510,00.

Ora, se de um lado a política do Estado se volta para a região Norte já assistida pela UEL e pela UEM, duas grandes e importantes instituições, nada mais lógico que atender também à demanda crescente por desenvolvimento do litoral do Estado do Paraná.

O projeto de lei, com caráter de autorização, dada a matéria que aborda e por império do preceito legal e constitucional, prevê a participação da União, da UFPR, do Cefet, dos municípios de Matinhos, Morretes, Guaratuba, Pontal do Sul, Paranaguá, Antonina e das entidades como FIEP, SESI, SESC, sindicatos, associações, igrejas, portos de Paranaguá e Antonina, entre outros, num verdadeiro mutirão regional para o desenvolvimento.

## PROJETO DE LEI Nº 694/2003

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

## D E C R E T A :

Art. 1º - Fica concedido o título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Sr. Manoel Henrique Pereira.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, em 19.11.2003.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

## JUSTIFICATIVA:

Atual presidente da Confederação de Associações Americanas por uma Agricultura Sustentável e vice-presidente, pelo Estado do Paraná, da Federação Brasileira de Plantio Direto na Palha, Manoel Henrique Pereira nasceu em 25 de dezembro de 1938, em Jacarezinho, filho do engenheiro agrônomo Henrique Pereira e Addy Neal Pereira.

Foi pioneiro no desenvolvimento do sistema de plantio direto na palha, no Brasil, e é responsável pela disseminação desta técnica na região dos Campos Gerais, no Estado do Paraná, na América Latina e no mundo.

É membro de todos os comitês organizadores dos Encontros Nacionais de Plantio na Palha. Também é membro da diretoria da Organização das Cooperativas do Estado do Paraná, da Sociedade Rural dos Campos Gerais, da Cooperativa Mista dos Campos Gerais e Cooperativa de Carnes e da Comunidade Evangélica Luterana Bom Pastor.

Manoel Henrique Pereira recebeu, em razão de seu envolvimento com o sistema de plantio direto, diversos prêmios e honras, destacando-se o prêmio de Produtividade Rural - 1982 concedido pela Secretaria da Agricultura do Estado do Paraná; o diploma de Honra ao Mérito pelo pioneirismo na implantação e divulgação do sistema de Plantio Direto na Palha, pelo Governo do Estado do Paraná; o prêmio Abulac de Agricultura de Conservación



pela Associação Burgalesa de Conservação da Espanha em 2001.

# PROJETO DE LEI 695/2003

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

## D E C R E T A :

Art. 1º - Fica renumerado para parágrafo primeiro o parágrafo único do artigo 1º da Lei nº 14.087, de 11 de setembro de 2003, acrescentando-se-lhe o parágrafo segundo com a seguinte redação:

“§ 2º - A unidade consumidora em que for constatado pelos serviços públicos de controle sanitário infestação positiva para o mosquito *aedes aegypti*, transmissor da dengue:

a) terá o benefício suspenso pelo prazo de seis meses;

b) ficará excluída do benefício, no caso de reincidência.”

Art. 2º - Fica o governador do Estado autorizado a celebrar convênios com órgãos públicos federais e municipais do controle sanitário, para os fins do disposto nesta lei.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 19.11.2003.

(a) RENI PEREIRA

### Apoioamento:

Tadeu Veneri, Delegado Braddock, Doutor Luciano, Nereu Moura, Vanderlei Iensen, Mauro Moraes, Barbosa Neto, Francisco Bühner e Ratinho Júnior.

### JUSTIFICATIVA:

Com a proximidade do verão torna-se cada vez mais necessário o controle sanitário para que se evite a infestação e proliferação do mosquito *aedes aegypti*, transmissor da dengue.

As medidas para o referido controle só surtirão efeitos com a participação efetiva da população, pois são escassos e insuficientes os recursos públicos para tal fim.

É sabido que em muitas cidades do Paraná já foram constatados três tipos de vírus da dengue, e a reincidência da contaminação poderá levar ao surgimento da temível dengue hemorrágica cujas conseqüências, como sabemos, acabam em mortes.

Assim, objetiva o presente, como forma de ajuda ao combate ao mosquito da dengue, estabelecer que a aplicação do Programa Luz Fraterna, somente se fará ao beneficiário em cuja unidade consumidora não seja constatada a existência/infestação do referido mosquito, como forma de conscientização popular quanto à gravidade do problema e da necessidade de que sejam tomadas, individualmente, medidas para saná-lo.

### O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao senhor deputado Nelson Tureck.

### O SR. NELSON TURECK

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Nós, que já somos deputados pelo terceiro mandato, pela região de Campo Mourão, fomos prefeito em Luisiânia e lá tivemos uma estrada que, ao longo dos anos, sempre reivindicávamos para que fosse feito um cascalhamento por causa da forte economia, da nossa agricultura, naquela região, principalmente de Luisiânia a Mamborê. E hoje eu quero aqui parabenizar e dizer o quanto é bom nós termos um secretário no governo do Estado do Paraná, que já foi deputado, já foi prefeito e tem toda a experiência como administrador e sabe dos anseios, das reivindicações do deputado desta Casa, dos prefeitos e dos vereadores.

Quero enaltecer o trabalho do nosso ex-prefeito da cidade de Arapongas e secretário dos Transportes, o deputado Waldyr Pugliesi. Hoje, quando percorremos a região, vemos o excelente trabalho sendo realizado na adequação onde nós recebemos hoje homenagem de agricultores, de cooperativas, de vereadores da região, parabenizando o brilhante trabalho executado pela Secretaria dos Transportes, do nosso secretário Waldyr Pugliesi e do DER.

Dizer também que nós sempre fazíamos a reivindicação de uma estrada que liga Barbosa Ferraz até o município de Luisiânia, a PR-158, e recebemos agora a informação através de um ofício da Secretaria dos Transportes, num contato que mantivemos com o secretário, que nos informou que no dia 16 estará sendo aberta licitação para uma lama asfáltica do município de Corumbataí até Luisiânia, numa extensão de 18 quilômetros e de Corumbataí do Sul até o município de Barbosa Ferraz será feito o reperfilamento daquele asfalto para o ano que vem e que melhorias estão sendo realizadas neste trecho.

Recebemos também hoje a presença do prefeito da cidade de Peabiru, com o qual também estivemos em audiência com o secretário Waldyr Pugliesi, a estrada de Peabiru a Araruna também estará sendo aberta a licitação no dia 16/12 para recuperação daquela rodovia.

Portanto, está de parabéns o governo Requião por escolher um secretário que foi deputado, e que conhece os problemas do interior do nosso Paraná, do nosso caminhoneiro, do transporte escolar e da nossa agricultura familiar que é forte, pujante e que contribuiu para o grande superávit do Brasil hoje, na balança comercial, que já ultrapassa a casa dos 20 bilhões de reais.

Portanto, senhor presidente Hermas Brandão, eram essas considerações pelas quais subimos a esta tribuna, para dizer do nosso contentamento, que uma estrada que ao longo dos anos cobrávamos aqui nesta tribuna e que nunca foi feita. Principalmente a adequação da estrada Transbrasiliana, a antiga estrada de Campo Mourão, que passa nos municípios de Mamborê, Nova Cantu e Roncador, e está recebendo melhorias como adequações de estradas.

E, no trecho em que passamos de Pitanga até o Rio do Quilão, que vai para o município de Iretama, quando

chove, com o forte tráfego, ela começa a ficar esburacada, logo a Secretaria dos Transportes tem fechado esses buracos, para não causar prejuízos aos nossos agricultores.

Era isso que eu tinha a dizer, senhor presidente. Queria fazer um reconhecimento ao nosso amigo que foi deputado nesta Casa e muito bem escolhido pelo governador Requião, que entende dos problemas da nossa região porque é um pé-vermelho igual a nós.

Muito obrigado.

**O S. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Com a palavra a deputada Luciana Rafagnin.

**O SR. RENI PEREIRA (Pela ordem)**

Gostaria de registrar nos anais desta Casa a presença do vereador Deoclécio Gonzati da cidade de São Miguel do Iguaçu, na tribuna de honra desta Casa no dia de hoje.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Fica registrado a presença do ilustre senhor visitante.

**A SRA. LUCIANA RAFAGNIN**

Senhor presidente e senhores deputados. Faço uso da tribuna para inicialmente agradecer ao presidente desta Casa, deputado Hermas Brandão, por ter sancionado um projeto de lei de nossa autoria, o qual dá prioridade no atendimento às pessoas portadoras de deficiência, e, ao mesmo tempo, agradecer ao governador Roberto Requião, porque sancionou o projeto que dá preferência no atendimento a pessoas idosas. Dois projetos que passaram nesta Casa há poucos dias atrás e estávamos na torcida de que fossem transformados em lei. E ficamos felizes com a aprovação e sanção destas leis, uma por parte do presidente desta Casa e outra por parte do governador Roberto Requião. São projetos importantes, e acredito que fará bem a todos nós, e acredito que o Estado do Paraná sai na frente, os nossos idosos e os portadores de deficiência ganham muito com isso.

Gostaria também de abordar outro assunto. Hoje no município de Francisco Beltrão, às 19h00 acontece um ato público contra o prefeito daquele município, que é também o meu, sobre não aceitar o funcionamento de uma maternidade. Era uma proposta do prefeito anterior, mas o dinheiro adquirido a fundo perdido, foram cerca de 167 mil reais, uma maternidade toda equipada, e infelizmente, já se passaram 3 anos e o prefeito atual não colocou em funcionamento essa maternidade. E agora pediu autorização do Conselho de Saúde para doar esses equipamentos para outros municípios.

Lamentamos, deputada Elza, principalmente nós mulheres que batalhamos tanto pela saúde da mulher, pensamos muito e queremos preservar as nossas gestantes. E de repente um município onde o prefeito anterior já tinha conquistado todo esse recurso. E veio a fundo perdido. Estão lá todos os equipamentos da maternidade e

simplesmente o prefeito atual se deu ao prazer de dizer que não valia a pena colocar em funcionamento! É lamentável que isso aconteça. O Conselho de Saúde em uma reunião não permitiu que esses equipamentos fossem transferidos para outros municípios. Nada contra os outros municípios. Mas acreditamos que num município como Francisco Beltrão, um município pólo da região Sudoeste, com 70 mil habitantes, se não é viável nesse município, como é que municípios com menor população, aí é viável colocar a maternidade?

Então, lamentamos isso, acredito que nesse sentido - como mulher, como uma deputada representando aqui as mulheres, o nosso município perde muito, a região Sudoeste perde muito porque a maioria dos municípios dessa região vem buscar um atendimento em Francisco Beltrão.

É lamentável que o prefeito tome uma atitude dessa, de não colocar em funcionamento essa maternidade. É claro que estamos fazendo o possível neste sentido, apoiando o povo, as entidades que se reúnem no dia de hoje e que vão estar fazendo o possível para que não saiam esses equipamentos de Francisco Beltrão. Estamos numa conversa bastante adiantada com o governador Roberto Requião e também com o chefe da Casa Civil, Caíto Quintana, sobre a instalação de um hospital regional para aquela região Sudoeste. Estamos nos empenhando nisso, discutindo com o governo federal, também. E se esses equipamentos forem destinados para outros municípios, com certeza em poucos meses estaremos reivindicando os mesmo equipamentos para colocar em funcionamento esse Hospital Regional que estamos lutando e que temos um grande sonho, uma grande esperança de ver funcionando e que estará atendendo os 42 municípios da região Sudoeste.

Senhor presidente, senhores deputados. No dia de amanhã, às 18h00, estaremos aqui realizando uma Sessão Solene em homenagem à Semana da Consciência Negra, e convidamos a todos para estarem presentes e prestigiar esta homenagem aos mais de 300 anos de Zumbi.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Concedo a palavra à deputada Elza Correia.

**A SRA. ELZA CORREIA**

Senhor presidente, companheiros e companheiras. Antes de mais nada, solidarizo-me com a companheira deputada Luciana Rafagnin. Acho um absurdo, num país de tantas misérias, prefeito devolver e perder dinheiro a fundo perdido, não me conformo com isso, acho o fim da picada. Acho que precisamos prestar mais atenção nisso e deixar registrado, num momento de tanta dificuldade no país, esse tipo de situação.

Mas uso também a palavra, hoje, para deixar manifestado, assim como já fez a deputada Luciana, que amanhã trata-se do Dia Nacional da Consciência Negra. Diria, até, que amanhã não se trata de uma data em que



apenas a comunidade negra tenha que discutir ou apresentar agendas em relação à situação no Brasil. É uma agenda nacional, é uma agenda de todos nós, é uma agenda de homens e mulheres deste país que têm um débito com a comunidade negra, em função da forma como este país foi colonizado e da forma como esta grande parte da sociedade vem sendo tratada ainda no Brasil. Falamos de igualdade, de oportunidade, de uma Constituição que tem no seu artigo quinto "que todos somos iguais perante a lei". Mas sabemos que não somos iguais perante a lei, principalmente a comunidade, a população negra. Diria que há exclusão, preconceito, discriminação e violência a homens e mulheres negros. Entretanto, faço parênteses para os convidados que me ouvem neste momento, que as mulheres, mais do que os homens negros no Brasil, sofrem a questão da discriminação.

Na verdade, no Brasil - as mulheres, apesar de termos avançado - nós ainda somos uma fatia da população que sofremos o preconceito às vezes explicitados, às vezes declaradamente, às vezes sutilmente, mascarados, mas ainda sofremos muita discriminação. Agora, se formos mulheres negras, sofremos duplamente discriminação por sermos mulheres e por sermos negras. Se formos mulheres negras e pobres, sofremos triplamente a discriminação.

Hoje no Brasil, apesar como já disse, de alguns avanços, destacamos que a mulher negra e pobre vem enfrentando enormes dificuldades do ponto de vista de sua inserção no mercado de trabalho e também de suas conquistas de modo geral. No Brasil, o maior índice de desemprego entre mulheres, está destacado em relação à mulher negra.

O maior nível de tempo para que uma mulher consiga volta ao mercado de trabalho, é muito mais difícil uma mulher negra que perde o emprego voltar ao mercado de trabalho, que uma mulher branca.

As nossas companheiras negras no Brasil estão colocadas nas vagas menos valorizadas, principalmente no trabalho menos valorizado, que é o trabalho de doméstica. O grande percentual de trabalhadoras negras no Brasil hoje estão colocadas na atividade doméstica.

Um dado também assustador: o índice de mortalidade infantil de crianças é maior de mães negras, em função, evidentemente, do seu nível de escolaridade, das dificuldades, todas inerentes da sua situação de exclusão. O Dieese faz o estudo, 26% da taxa de desemprego de mulheres em São Paulo são de mulheres negras, para apenas 18,8% de mulheres brancas.

Faço essas considerações para que nós tenhamos aqui mesmo, apesar de rapidamente, um quadro da situação, da discriminação, do preconceito e da violência em relação às mulheres, negros de um modo geral no Brasil, principalmente em se tratando das nossas companheiras mulheres, que nós somos dupla, triplamente discriminadas, num modelo de sociedade perverso, cruel, de exclusão e que o próprio MEC, apesar de ter retirado já no

novo governo, e eu quando fazia parte do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, tive o privilégio de participar da Comissão que fez análise dos livros didáticos estabelecidos pelo MEC, e neles havia fortes traços de preconceitos e discriminação contra vários segmentos, principalmente com relação à questão dos negros.

Então, estamos aí amanhã comemorando, não sei se comemorando, mas é mais um dia para reflexão, porque esse 20/11, trata-se da data do assassinado de Zumbi dos Palmares, em 1665. Mas o Brasil, companheiras e companheiros, continua com um débito, com uma dívida enorme, espero pagável.

Espero que o atual governo comece, a nível estadual, e federal, a nível municipal também preocupar-se com a dívida que nós temos com a população negra deste País.

Muito obrigada!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Concedo a palavra ao deputado José Maria Ferreira.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados. O assunto que me traz à tribuna nesta tarde, é justamente para prestar contas a este Plenário e à Casa, de incumbência que recebemos, na condição de presidente da CPI do Paranacidade, o Sedu, juntamente com meus companheiros de comissão, tendo como vice-presidente o deputado Elio Lino Rusch, relator deputado Artagão Júnior, como membro os deputados Jocelito Canto, Luís Fernandes Litro, Padre Paulo Campos, e a deputada Cida Borghetti.

Na data de hoje, pela manhã, a comissão reunida, discutiu exaustivamente o relatório apresentado pelo senhor relator, Artagão Júnior, o qual recebeu desta mesma comissão a aprovação do relatório encaminhado. Desse relatório produzido pelas oitivas, nos últimos oito meses, e pelo levantamento de documentos, por relatórios encaminhados pelo Tribunal de Contas, constatamos alguns dados que se fazem presentes ou se fazem necessários que, preliminarmente, seja dado ciência a esta Casa. Por exemplo: encontramos despesas com seguridade social representada pela Multi Paraná, no valor de 1 milhão, 430 mil, 387 reais; assistência médica da mesma Paranacidade, no valor de 827 mil, 256 reais; seguro de vida em grupo, 86 mil e 304 reais; curso de línguas, 410 mil e 491 reais; especialização, mestrado e doutorado, dois milhões e meio de reais; convênio com a universidade Ferrara, 55 mil dólares, correspondente a 165 mil reais; congresso brasileiro de arquitetos, 40 mil reais; Secretaria de Estado de Assuntos Estratégicos, 345 mil e 750 reais; dicionário de artes, também uma promoção do Paranacidade, foi desembolsado 350 mil reais; fretamento de aeronaves, um dos itens recentemente denunciados pelo governador do Estado, 722 mil reais; pesquisa de opinião pública, 186 mil reais; escritório de advocacia, 20 mil reais e reavaliação de imóveis, 53 mil reais.

Isto é só para ilustrar os valores encontrados. Hoje foi submetido à apreciação o relatório do senhor deputado Artagão Júnior, juntamente com o voto em separado do deputado Elio Lino Rusch, que merecidamente recebeu toda a discussão e todo o acolhimento.

Quero, com estes dados, dizer e agradecer ao Tribunal de Contas pela cessão dos funcionários da estrutura técnica que prestou a esta Casa, juntamente com o desembargador e conselheiro Artagão Mattos Leão, que permitiu que os funcionários de sua inspetoria pudessem prestar este serviço à CPI. Como também agradecer aos funcionários da Casa, aos demais membros que contribuíram para que pudéssemos trazer esta CPI a bom termo, e também, a assessoria dos gabinetes dos senhores deputados envolvidos que prestaram um grande serviço à CPI, por conseguinte a esta Casa.

Agradecer à Secretaria de Desenvolvimento Urbano, na pessoa do seu secretário e a todos os demais assessores e funcionários que permitiram a todo o momento e todo o acesso à documentação, assim como a Secretaria de Obras, que permitiu a cessão de funcionários técnicos daquela secretaria, bem como do Decom que permitiu levantamento, para que nós pudéssemos realizar.

Por fim, agradecer a imprensa que de forma comedida, parcimoniosa e isenta cobriu as reuniões e os trabalhos da Comissão.

Agradecer aos deputados que fizeram parte desta Comissão, que trouxéssemos de forma cordial, de forma a produzir o resultado que esta Casa esperava destes parlamentares com relação àquilo que nós tínhamos como dificuldades na administração anterior.

Com a palavra em aparte para o deputado Neivo Beraldin.

#### **O Sr. Neivo Beraldin**

Deputado José Maria Ferreira tenho por V. Exa. um grande respeito e admiração pela forma competente e dedicada que exerce a sua função aqui dentro deste Parlamento.

Vindo o trabalho presidido, por V. Exa., dessa CPI do Paranacidade, com o nível dos colegas que V. Exa. contou como deputados, não tenho dúvidas que o trabalho da CPI do Paranacidade levará ao Ministério Público informações precisas, tendo em vista, o zelo que V. Exa. e os seus colegas dessa Comissão têm pelo bom trabalho dentro desta Casa Legislativa.

Quero cumprimentar V. Exa. que presidiu a Paranacidade. Eu sei quanto é difícil levar em frente um trabalho e concluir um trabalho, apresentar ao Plenário da Assembleia Legislativa e ao povo do Estado.

Vossa Excelência está conseguindo hoje, encerrar mais um capítulo da sua vida parlamentar e, evidentemente, os Anais da Casa registrarão que esse trabalho foi feito com muito amor, dedicação, competência técnica, zelo pela coisa pública. Esperamos que o Ministério Público, agora, dê continuidade, tendo em vista, esse

apontamento, sobretudo, de despesas apontados por V. Exa., despesas absolutamente desnecessárias e além do imaginável.

Quero congratular-me com V. Exa. e com todos os membros da CPI pelo trabalho realizado. Parabéns!

#### **O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA**

Agradeço o aparte e as referências que fez, com relação, à condução dos trabalhos, divido com toda a CPI, porque a presidência não tem condições de encaminhar sozinha como bem V. Exa. sabe, que preside a CPI do Banestado. Nós tivemos a colaboração, o empenho, toda a expressão de civismo de todos os parlamentares que lá estiveram compondo esta CPI. Na sequência, para a leitura do relatório estará o deputado Artagão Júnior.

Muito obrigado.

#### **O SR. ARTAGÃO JÚNIOR**

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Como o nosso presidente já bem anunciou, finalizamos uma etapa importante dos nossos trabalhos deste ano na Assembleia Legislativa.

Hoje votamos o relatório, por mim apresentado, dos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito, que tratava do assunto do Paranacidade - Sedu - Secretaria de Desenvolvimento Urbano.

Foi um trabalho exaustivo, cansativo. Oito meses de dedicação, de preocupação. Oito meses buscando esclarecimentos de fatos. Chegamos a um relatório que nos traz muita felicidade. Um relatório que responde exatamente aos anseios desta Casa. Aos anseios dos parlamentares e, principalmente, aos anseios do povo paranaense que nos colocou aqui como seus representantes eleitos.

Sem mais delongas e guardando o direito ao final de tecer alguns últimos comentários, passo a fazer a leitura da conclusão final do relatório aprovado nesta manhã pela CPI do Paranacidade - Sedu.

(Lê):

#### **“CONCLUSÃO DO RELATÓRIO FINAL DA CPI**

Em razão dos fatos e atos investigados por esta CPI, expostos anteriormente, esta Relatoria decide formular suas conclusões conforme as considerações a seguir descritas.

Com respeito ao Paranacidade, resta claro o entendimento de que o Poder Executivo deve rever os aspectos relacionados à estrutura jurídica de que se reveste aquela entidade, considerando, entre outros já expressos no tópico pertinente, o argumento básico de que se está a manipular um serviço do Estado e não uma utilidade pública, isto posto sob a ótica do Direito Público.

É possível a perfeita identificação do liame existente entre as práticas reveladas por este relatório, causadoras objetivas de prejuízos ao erário, e a consciência da personalidade de direito privado de que se imbuíu o

corpo do Paranacidade. Este último elemento deu origem a atos ilícitos, cujos indícios são dotados de excessiva concretude para que possam ser ignorados, não importando neste momento qualquer discussão sobre a incidência de dolo ou culpa sobre os mesmos, mas tão somente sobre sua real existência e sobre sua prática concreta por dado agente público.

Somente à percepção de que se está livre das normas que devem ser aplicadas à administração pública, é que, em muitos casos, podem ser imputadas as ações do Paranacidade, na pessoa de seus dirigentes e empregados. A confusão criada pelo fato de se querer instituir um novo modelo administrativo, liberando-se da pretensa burocracia existente na Administração Pública - modelo este que não dispõe de elementos concretos que apontem para sua admissibilidade dentro do atual estágio de consciência coletiva - produziu circunstâncias deploráveis, denotativas da falta de empenho no atendimento dos princípios da economicidade, da eficácia e da efetividade e, por que não citar, do conceito tão apregoado pelos consultores egressos do BID e por este mesmo, de accountability.

A prática demonstrou, exemplificadamente, que a própria direção superior deste Serviço Social Autônomo, que deveria servir de exemplo a toda sua estrutura de recursos humanos, era procedida em absoluta contrariedade à lei, estabelecendo um padrão informal que disseminou-se em todas as ações praticadas pelos seus agentes.

Outros exemplos de ações irregulares no Paranacidade podem ser apontadas na contratação do filho de um membro do primeiro escalão de governo e do pai de outro, sendo que em ambos os casos, os contratos foram procedidos com dispensa de licitação, para serviços cujas circunstâncias são de todo duvidosas.

Gastos excessivos, seja na contratação de aeronaves para viagens nem sempre necessárias ou de urgência, seja na concessão de benefícios inexplicáveis que redundaram no pagamento de despesas com cartão de crédito institucional, são exemplos de que os princípios da moralidade e da economicidade foram de todo obnubilados. Isto considerado em face de um Estado que sofre necessidades quase permanentes em áreas essenciais à população, beira o surreal.

É preciso lembrar que a remuneração do Paranacidade no período, segundo o Contrato de Gestão, no valor de R\$51.734.700,00 - dentro da qual foram localizadas algumas despesas irregulares no valor de R\$7.857.555,54 (vide p. 67) - poderia ser convertida em investimentos nos municípios paranaenses, uma vez que foi suportada pelo Fundo de Desenvolvimento Urbano, o que não ocorreria caso a entidade fosse dotada de personalidade jurídica de direito público e tivesse seu custeio incorporado ao Orçamento Geral do Estado, mantendo-se íntegros os recursos que o compõem.

E o que dizer, então, da instituição de um programa de governo, tal como o dito de Valorização Cultu-

ral, cuja importância relativa deixa tudo a desejar, que foi tocado às pressas e que, indiscutivelmente, não guarda qualquer relação de matéria com desenvolvimento urbano propriamente dito, mas que serviu - em tudo o que se pode perceber - para a prática de gastos irregulares e ilegais, demonstrando absoluto descontrole na utilização de recursos públicos, tão somente para atendimento do idealismo pessoal de poucos.

Somente neste programa, com as características acima descritas, houve um dispêndio de R\$77.260.450,01. A aplicação de tal montante de recursos nas áreas da saúde, para exemplificar, traria benefícios mais aproveitáveis pela comunidade.

Sem que pudéssemos aprofundar as investigações, dada a amplitude do objeto e o curto espaço de tempo disponível, examinamos um grande conjunto de ações do Paranacidade, ainda que tenham sido deixados de lado programas ou obras tais como o Projeto Costa Oeste, com dispêndio que não pode ser quantificado e cuja utilidade real ainda hoje é questionada: o Parque das Ciências, cujo montante dispendido beirou R\$20 milhões e cuja utilidade restou absolutamente difusa frente à nossa realidade, sem contar com situações específicas que não constam do presente relatório, mas que são abordadas como contrárias à correta prática das ações públicas, por exemplo, na auditoria realizada pelo Tribunal de Contas (Caoci), sobre os gastos do Paranacidade por ocasião da execução do Programa de Valorização Cultural.

Este conjunto de razões nos leva a considerar, seriamente, a necessidade de serem tomadas medidas radicalmente saneadoras por parte do Poder Executivo, de molde a tolher a prática futura de atos ponderadamente prejudiciais ao Estado.

Este Programa de Valorização Cultural, irregularmente instituído, posto que não contemplado no Plano Plurianual, portanto, inconstitucionalmente suprimido da valoração inafastável do Poder Legislativo Estadual, consumiu de recursos do Fundo de Desenvolvimento Urbano, mais de R\$70.000.000,00, que até o presente momento se caracterizam como investimento a fundo perdido, uma vez que ainda não foram atendidas as exigências do Banco Interamericano de Desenvolvimento para a sua aceitação como contrapartida do empréstimo obtido para financiamento do Programa Paraná Urbano II.

No que tange ao Fundo de Desenvolvimento Urbano - FDU, deve ser posta a noção preliminar de que se trata de importantíssimo instrumento para o financiamento do respectivo campo de atuação estatal, agente necessário na atual quadra econômica, na qual a totalidade dos municípios do Estado demonstra, de um lado, alta expectativa em investimento no setor e, de outro, baixa capacidade de propiciá-los.

Isto posto, resta clara a obrigação do Poder Executivo de promover a rígida política de controle, que venha a impedir o esvaziamento e conseqüente inviabilização do FDU. Fica aqui subentendida uma adequada forma de

utilização dos meios públicos, que impeça também a apropriação destas receitas em contrariedade aos princípios e preceitos legais, para satisfação de necessidades imediatas que não se coadunem com os objetivos de recursos vinculados, ainda que sob o regime de caixa único.

Não pode ser deixado de lado o aspecto atinente à utilização destes recursos a título não reembolsável, dada sua absoluta incompatibilidade com a natureza intrínseca do FDU, de fundo rotativo. Há que se inserir no ordenamento legal as normas relativas à correta utilização daqueles, porém em apartado dos recursos do FDU, ou seja, adstritos à capacidade de investimento própria do Tesouro, com recursos ordinários e absoluta clareza quanto aos fins a que serão destinados, preferencialmente evitando-se casuísmos quando de sua utilização.

O que foi constatado, na utilização dos recursos do FDU, é que muitas vezes lhe foi dada destinação objetivando a cobertura de outras ações do poder público que, legalmente, seriam de responsabilidade de outros órgãos estatais. A respeito, remetemos para as considerações sobre as despesas com o Arquivo Público, com o Projeto Costa Oeste e outros, integrantes deste relatório.

Nesse sentido, é de ser lembrado as retenções ilegais de recursos que deveriam compor o FDU pelo Tesouro Estadual, tais como retornos de empréstimos de outros programas voltados ao desenvolvimento urbano, e mesmo parcelas dos empréstimos internacionais, à título de custear ações do Governo, ou as transferências havidas do FDU para o Tesouro para pagamento de parcelas do empréstimo havido para financiar o Programa Paraná Urbano I, sem qualquer autorização legislativa, que resultaram no desvio de aproximadamente R\$292.147.060,00 do FDU.

É de admitir que cerca de R\$410.000.000,00 de recursos do FDU, mais de 60% dos ingressos até 2002, deixaram de cumprir sua finalidade legal, em decorrência do modelo de gestão adotado que afastou as normas constitucionais e legais voltadas a garantir a fiel execução da despesa pública segundo os fins colimados pela sociedade, expressados por seus representantes no Poder Legislativo, em que pese haja ainda a possibilidade de retorno de parte dessa quantia ao Fundo.

Objetivamente, há que se considerar também a interferência da Secretaria de Estado da Fazenda - Sefa, que tem demonstrado a estranha percepção de que, por controlar a totalidade dos recursos do Tesouro e, em razão do regime de caixa, pode dispor destes conforme as necessidades imediatas, como se não houvesse um regramento do uso aprovado por lei. Esta interferência guarda relação direta com a velha noção de peça ficcional que era atribuída à Lei Orçamentária Anual, e que se mostra convenientemente arraigada.

É importante lembrar que existem macro políticas de Governo, expressas no Plano Plurianual e em outras peças legais, estabelecidas positivamente em normas de Direito Público, que implicam em uma atuação definida

da parte dos agentes públicos em geral, mormente num Estado Democrático de Direito.

A exata medida da participação de cada envolvido deverá ser apurada em procedimento judicial próprio, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

Nestes mesmos procedimentos devem ser incluídas as omissões e ações que, de qualquer forma, tenham se constituído em ilícito ou causado prejuízo aos cofres públicos, aqui considerados, e.g., a instituição de programas de governo sem a devida inclusão em lei, a movimentação orçamentária ou financeira independente de autorização legal, o direcionamento ou fraude nos procedimentos licitatórios, o excesso de aditivos contratuais - por vezes em percentuais absolutamente ilegais - denotativos de ausência de controle prévio da condição individual de cada contrato, entre outros tantos atos lesivos ao patrimônio público, noticiados neste relatório.

Por fim, porém não menos importante, cumpre fazer referência ao PEOM - Programa Estadual de Obras Municipais, criado às pressas no período pré-eleitoral do ano de 2002, utilizando recursos do Tesouro, porém em dotação orçamentária do FDU - o que por si só já demonstra uma contradição objetiva e uma ilegalidade quanto à forma - para celebrar convênios com os municípios sem prever qualquer retorno para os recursos empregados.

O desajuste demonstrado no PEOM pode ser sentido no atual exercício, ainda que tenha se manifestado já de início, se não vejamos: de um montante de recursos da ordem de R\$135 milhões, houve redução de R\$25 milhões, restando R\$110 milhões, dos quais somente R\$72 milhões foram repassados, deixando restos a pagar da ordem de aproximadamente R\$37 milhões.

Considerando-se as dificuldades encontradas para concretizar a totalidade dos convênios e, considerando-se ainda que a totalidade dos mesmos foi celebrada às vésperas da tardia desincompatibilização do Secretário de Desenvolvimento Urbano para concorrer ao pleito eleitoral de 2002, tem-se que este Programa foi estabelecido com objetivo claramente político e casuístico.

Também neste caso, por falta absoluta de tempo hábil, não nos foi possível aprofundar as investigações, em que pesem as notícias de irregularidades quanto à adequada e correta utilização dos recursos envolvidos, além de possíveis irregularidades já quando da assinatura dos convênios. Tudo leva a crer que tais fatos merecem atenção dos responsáveis pela fiscalização do Estado, de forma a coibir sua reiteração futuramente, bem como a ressarcir o Tesouro pelos prejuízos havidos.

Não se pode deixar de proceder a uma auto-avaliação da atuação deste Poder Legislativo, em razão de sua independência e autonomias relativas, que é consequência de todo um sistema político institucional, fruto de longa criação doutrinária, mas que no Estado brasileiro, padecedor de hipertrofia e com um sistema presidencialista que privilegia a posição do Poder Executivo e, decorrentemente, as competências privativas deste

quanto à iniciativa do processo legislativo, desestabiliza a necessária harmonia em função da necessidade de apoio às suas ações, contraposta à consciência política da grande maioria da população.

Com isto, a condição de fiscalizador dos atos do Poder Executivo, componente essencial do sistema de freios e contrapesos de há longo tempo idealizado, por vezes, resta obnubilada e permite ao Executivo a prática de atos que excedem suas competências constitucionais. Como exemplo concreto, citamos o grande número de decretos baixados com fundamento de validade somente na norma constitucional que os prevê, sem qualquer outra relação com a lei a ser regulamentada - seu elemento objetivo de existência - ou por vezes, desatendendo os limites impostos por esta.

Há muito tempo inexistia previsão sobre edição de decretos-lei, e regulamentos autônomos não são admitidos pelo sistema constitucional vigente; entretanto, continuam a ser editados, com a omissão fiscalizadora desta Casa, quaisquer que venham a ser as escusas declinadas para tanto.

A quantidade de indícios concretos da prática de irregularidades de toda ordem nos autoriza a determinar a inclusão, neste Relatório, do resultado da auditoria realizada pela Coordenadoria de Apoio Técnico do Tribunal de Contas do Estado, versando as obras do Museu Oscar Niemeyer, tão logo seja concluída, pela certeza de aprofundamento das investigações desta CPI, tal como ocorreu com as obras do Canal da Música, cujo resultado da auditoria está incorporado nesta investigação.

Isto posto, é nosso entendimento de que foram elididos, no diversos atos descritos no presente Relatório, os seguintes diplomas e preceitos legais.

Constituição: Artigo 37 e os incisos II, XXI e parágrafos 2º, 8º e 9º. Artigo 567, inciso I, VI e parágrafo 1º.

Constituição Estadual: Artigo 27 e os incisos II, XX, XXI, XXII, XXXIII e parágrafos 3º e 13.

Lei Complementar Federal nº 101/2000: Artigo 5º, parágrafo 5º, artigo 15; artigo 16, parágrafo 1º, II; artigo 25 parágrafos 1º, IV, d e 2º; artigo 42.

Lei Federal nº 4.320/64: Artigos 23 e 24, parágrafo 1º; artigos 62 e 63; artigo 71; artigo 75 e incisos; artigo 77, entre outros.

Lei Federal nº 8.666/93: Dispositivos já citados no tópico correspondente.

Além de um sem número de preceitos das Leis nºs 5.198/88 e 11.498/96, bem como de outras normas aplicáveis às relações administrativas, contratuais, ou de regulação do exercício profissional em vigor.

Em face disto, opinamos pelo encaminhamento de cópia do presente Relatório, bem como da documentação, quando necessário, ao:

1 - Poder Executivo, na pessoa do governador do Estado, para adoção das medidas corretivas que lhe competem, notadamente o seguinte:

Além da necessária adequação do ente Paranaense às normas constitucionais que privilegiam a natu-

reza pública da administração estatal, incumbe garantir que as receitas do FDU e a programação de sua aplicação sejam detalhadamente incluídas nas leis orçamentárias, de maneira a propiciar a verificação de sua fiel execução.

É de suma importância que sua contabilização demonstre inequívoca e destacadamente: a) os montantes de contrapartida a financiamentos internos e externos; b) os programas, subprogramas e ações que eventualmente sejam financiados com recursos exclusivos do FDU; c) a definição detalhada em lei formal de admissão de investimentos ou empréstimos a fundo perdido ou não reembolsáveis; d) instituição de procedimentalização específica, de forma a não deixar dúvidas quanto à natureza, origem, finalidade e pertinência das ações contratadas, ou seja, implementação de eficiente e claro controle interno passível de entendimento por qualquer cidadão que no exercício de seus mais lícitos e inarredáveis direitos, pretenda constatar a retidão de seus representantes no atendimento dos anseios da sociedade.

2 - Ministério Público do Estado, para adoção das medidas de sua competência, no sentido do estabelecimento das responsabilidades formais e materiais com respeito às ilegalidades e prejuízos havidos, ilicitamente ou não, principalmente em face das disposições dos parágrafos 2º e 4º do artigo 37 da Constituição Federal e da Lei Federal nº 8.429/92, inclusive objetivando o ressarcimento dos prejuízos, em face da transgressão do seguinte:

“Art. 10 - Constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário, qualquer ação ou omissão, dolosa ou culposa, que enseje perda patrimonial, desvio, apropriação, malbaratamento ou dilapidação dos bens ou haveres das entidades referidas no artigo 1º desta lei, e notadamente:

“VIII - frustrar a licitude de processo licitatório ou dispensá-lo indevidamente;

IX - ordenar ou permitir a realização de despesas não autorizadas em lei ou regulamento;

X - agir negligentemente na arrecadação de tributo ou renda, bem como no que diz respeito à conservação do patrimônio público;

XI - liberar verba pública sem a estrita observância das normas pertinentes ou influir de qualquer forma para a sua aplicação irregular;”

Estabelece este mesmo diploma legal, as cominações aplicáveis:

Art. 12 - Independentemente das sanções penais, civis e administrativas, previstas na legislação específica, está o responsável, pelo ato de improbidade sujeito às seguintes cominações:

...

II - na hipótese do artigo 10, ressarcimento integral do dano, perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, se concorrer esta circunstância, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de cinco a oito anos, pagamento de multa civil de até duas vezes o valor do dano e proibição de contratar com o

Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual, seja sócio majoritário, pelo prazo de cinco anos;

3. Tribunal de Contas do Estado para que, autuado como denúncia, venham a ser adotadas as medidas cabíveis no âmbito daquela corte e, com respeito ao PEOM - Programa Estadual de Obras Municipais, especificamente, seja instaurada auditoria, por equipe multidisciplinar, objetivando a completa verificação dos gastos em obras públicas e a fiel execução do seu objeto, em razão das diversas notícias de irregularidades.”

Como considerações finais, entendemos deva ser, também, encaminhada cópia do presente relatório ao secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano que, com certeza, saberá tirar o melhor proveito do que aqui foi descrito e, de forma mais imediata, implementar medidas coibitivas da reincidência de muitos atos.

Cabe ressaltar, para não cometer injustiça, que a conclusão dos trabalhos deste relatório foi possível, em grande parte, graças à presteza e empenho no atendimento das requisições desta CPI, por parte do próprio corpo funcional da Sedu e do Paranacidade, numa paradoxal demonstração de capacidade, competência e exatidão no exercício de seus deveres.

Escusamo-nos, derradeiramente, pela impossibilidade de aprofundamento das investigações, ocasionada pela exigüidade de tempo em relação à amplitude do tema, bem como dos meios disponíveis, o que foi até o possível suplementado pelo conjunto humano envolvido na tarefa.

É o relatório.

Sala das Comissões, em 10.11.2003.

(a) **ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO JÚNIOR**  
Relator”

Este seria o relatório conclusivo da CPI do Paranacidade. Esse é o relatório que por nós foi apresentado a Sra. presidente. Temos a satisfação de poder nesta tarde apresentar o resultado deste árduo trabalho, agradecendo ainda a participação dos nossos assessores diretos, pessoas fundamentais na elaboração deste relatório. Pessoas fundamentais na junção dos documentos comprobatórios e justificativos de todos aqueles atos aqui apontados, nos colocando por derradeiro à disposição de todo e qualquer parlamentar, como também da imprensa e do cidadão paranaense, para o esclarecimento de quaisquer dúvidas, esperando que este relatório possa contribuir para os órgãos responsáveis, a fim de que eles possam tomar as medidas cabíveis e para que possamos responder diretamente aos anseios do povo paranaense da Nação brasileira, respondendo com exatidão, retidão, transparência e fidelidade as nossas funções e tarefas, como parlamentares que somos e como dever de fiscalização, que temos dos atos executivos.

Por final, agradeço a Deus, por nos ter acompanhado, protegido e iluminado durante esses oito meses, a fim de que pudéssemos chegar a essa conclusão.

Concedo um aparte à deputada Elza Correia.

#### **A Sra. Elza Correia**

Eu queria cumprimentar o companheiro Artagão, bem como todo o grupo que compôs a CPI. E dizer que é isso que esperamos exatamente como resultado de um trabalho sério, comprometido e transparente. Eu fiquei abismada com os resultados apresentados por V. Exa. e pelo grupo que compõe a CPI do Paranacidade, mostrando que houve prejuízo ao erário, atos ilícitos, gastos excessivos. Houve uma verdadeira farra dentro do Paranacidade. Agora, V. Exa. e os demais companheiros que compõem a CPI apresentam o resultado final, que é exatamente a essência daquilo que nós esperamos, em um trabalho das CPI's nesta Casa. Eu queria cumprimentá-lo pela determinação do grupo, pela determinação, coragem, transparência e pela forma determinada com que Vs. Exas. apresentaram o resultado, provando através desta farta documentação, de que realmente o Paranacidade foi utilizado para desvios, para atos ilícitos e para corrupção, o que nós devemos banir da história pública do Estado do Paraná.

Parabéns.

#### **O SR. ARTAGÃO JÚNIOR**

Obrigado, agradeço em nome dos parlamentares da CPI. Nós sabemos das dificuldades que nós tivemos, das dificuldades que todos têm e agradecemos pelo apoio recebido desta Casa, dos demais parlamentares, aqueles que votaram a favor, aqueles que votaram contra, aqueles que votaram em separado, mas sem dúvida alguma isto demonstrando o princípio da democracia que foi prevalecedor em todas as ações da nossa CPI.

Era o que tínhamos e agradecemos, senhora presidente, muito obrigado.

#### **A SRA. PRESIDENTE (Arlete Caramês)**

Passamos ao horário das lideranças: PL, PSL, PPS, PSB, PTB, PP, PFL, PSDB, PDT, PT, PMDB, Liderança da Oposição, Liderança do Governo.

**(Todos declinaram)**

#### **O SR. CHICO NOROESTE (Pela Ordem)**

Só para registrar a presença do vereador, presidente da Câmara Municipal de Foz do Iguaçu, vereador do PL.

Muito obrigado, Ney Patrício, pela sua presença aqui na nossa Casa de Leis.

#### **O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Encerrado o Horário das Lideranças.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à



**ORDEM DO DIA:**

com a presença de 53 senhores deputados.

Sobre a mesa, proposta de emenda à Constituição, de autoria dos senhores deputados Delegado Braddock, Alexandre Curi, Francisco Bühner, Waldir Leite e demais senhores deputados, devidamente apoiado, constante do expediente. **Recebida. Publique-se no Diário da Assembléia e em Avulsos, para conhecimento dos senhores deputados. À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei de autoria do deputado Reni Pereira, devidamente apoiado, constante do expediente. **À Diretoria Legislativa.**

Projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria do deputado Ratinho Júnior, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria dos deputados Ratinho Júnior e Waldir Leite, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

**ITEM 01**

**REDAÇÃO FINAL** - do Projeto de Lei nº 515/2003, de autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres do Colégio Estadual Maria Cândida de Jesus - Ensino Fundamental e Médio, APM Duque de Caxias, com sede e foro no município de Moreira Sales. **Aprovado. (Publ. no DA nº 070/2003, de 09/09/2003).**

**ITEM 02**

**REDAÇÃO FINAL** - do Projeto de Lei nº 517/2003, de autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Professora Eulália Domingos de Oliveira Zarantonelli - Ensino Fundamental, com sede e foro no município de Moreira Sales. **Aprovado.**

**REDAÇÃO FINAL**  
**PROJETO DE LEI Nº 517/2003**  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Professora Eulália Domingos de Oliveira Zarantonelli -

Ensino Fundamental de 1ª a 4ª séries, com sede no município de Moreira Sales e foro no município de Goioerê.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 18.11.2003.

(aa) ADEMAR TRAIANO - Presidente  
NELSON JUSTUS - Relator

**ITEM 03**

**REDAÇÃO FINAL** - do Projeto de Lei nº 522/2003, de autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Pré-Escola Municipal Professor Geraldo Prehl, Educação Infantil, com sede no município de Moreira Sales e foro no município de Goioerê. **Aprovado.**

**REDAÇÃO FINAL**  
**PROJETO DE LEI Nº 522/2003**  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Pré-Escola Municipal Professor Geraldo Prehl - Educação Infantil, com sede no município de Moreira Sales e foro no município de Goioerê.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 18.11.2003.

(aa) ADEMAR TRAIANO - Presidente  
RENATO GAÚCHO - Relator

**ITEM 04**

**REDAÇÃO FINAL** - do Projeto de Lei nº 569/2003, de autoria do deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública a Fundação Criança Feliz, com sede e foro no município de Conselheiro Mairinck. **Aprovado.**

**REDAÇÃO FINAL**  
**PROJETO DE LEI Nº 569/2003**  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Fundação Criança Feliz, com sede no município de Conselheiro Mairinck e foro no município de Ibaiti.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 18.11.2003.

(aa) ADEMAR TRAIANO - Presidente  
NELSON JUSTUS - Relator

## ITEM 05

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 571/2003, de autoria do deputado Alexandre Curi, que declara de Utilidade Pública a Associação Beneficente de Reserva, com sede e foro no município de Reserva. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL  
PROJETO DE LEI Nº 571/2003  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Cristã Beneficente de Reserva, com sede e foro no município de Reserva.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 17.11.2003.

(aa) ADEMAR TRAIANO - Presidente  
RENATO GAÚCHO - Relator

## ITEM 06

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 582/03, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 032/2003, que cria o Fundo Especial da Procuradoria Geral do Estado - Fepge, conforme especifica. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL  
PROJETO DE LEI Nº 582/2003  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica criado o Fundo Especial da Procuradoria Geral do Estado do Paraná - Fepge/PR.

Art. 2º - O Fundo Especial da Procuradoria Geral do Paraná tem por finalidade suprir a Procuradoria Geral do Estado com os recursos financeiros necessários para fazer face às despesas com:

I - fomento para arrecadação da dívida ativa, até o limite de 5% (cinco por cento);

II - aquisição de equipamentos e material permanente, até o limite de 3% (três por cento);

III - aprimoramento do centro de estudos, inclusive com auxílio financeiro para participação em cursos e congressos dos procuradores do Estado em exercício, até o limite de 2% (dois por cento);

IV - prêmio de produtividade aos Procuradores do Estado, em exercício, até o limite de 90% (noventa por cento);

V - elaboração e execução de programas e projetos de atuação para implementar sua política institucional, até o limite de 5% (cinco por cento).

Art. 3º - Constituem-se receitas do Fundo Especial da Procuradoria Geral do Estado:

I - multas contratuais aplicadas no âmbito administrativo da Procuradoria Geral do Estado;

II - os rendimentos provenientes da aplicação financeira;

III - receita decorrente da cobrança de cópias reprográficas extraídas pela Procuradoria Geral do Estado para terceiros;

IV - o produto da venda de cópias dos editais de licitação da Procuradoria Geral do Estado de obras, aquisição de equipamentos e outros;

V - taxas de inscrição em cursos, seminários, conferências e outros eventos culturais patrocinados pela Procuradoria Geral do Estado;

VI - taxas de inscrição em concursos públicos realizados pela Procuradoria Geral do Estado;

VII - valores decorrentes de cobrança pelo fornecimento de produtos de informática em impressos e disquetes, por meio de transmissão telefônica e quaisquer outras publicações, inclusive mídia digital, da Procuradoria Geral do Estado;

VIII - receitas oriundas de convênios, acordos ou contratos firmados pela Procuradoria Geral do Estado;

IX - auxílios, subvenções, doações, legados e contribuições de pessoas físicas e jurídicas de direito privado ou público;

X - receita de honorários decorrentes da sucumbência concedida em procedimento judiciais em que atuarem Procuradores do Estado, no âmbito de suas competência constitucionais;

XI - taxa de ocupação das dependências dos imóveis da Procuradoria Geral do Estado;

XII - o produto da venda de material inservível e não indispensável;

XIII - recursos provenientes de reembolso de despesas com telefonia;

XIV - o produto de remuneração das aplicações financeiras do próprio Fundo;

XV - valores oriundos do porte postal para devolução de documentos e processos;

XVI - o produto da arrecadação do imposto previsto no artigo 157, inciso I, da Constituição Federal decorrente do artigo 2º, inciso IV desta lei.

Parágrafo Único - As receitas do Fepge/PR não integram o percentual da receita estadual destinada à Procuradoria Geral do Estado, prevista na lei orçamentária anual.

Art. 4º - O Fundo Especial da Procuradoria Geral do Estado do Paraná será administrado por um Conselho Diretor, composto pelo Procurador-Geral do Estado, que o presidirá, pelos membros do Conselho Superior da Procuradoria Geral do Estado, e um tesoureiro eleito por este, dentre procuradores de carreira.

Art. 5º - Os recursos do Fundo Especial da Procuradoria Geral do Estado serão recolhidos em conta especial de estabelecimento oficial da rede bancária.

Art. 6º - Os bens adquiridos com recursos do Fundo Especial da Procuradoria Geral do Estado do Paraná serão incorporados ao seu patrimônio.

Art. 7º - Aplica-se à administração financeira do Fundo, no que couber, o disposto na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, no Código de Contabilidade e na legislação pertinente a contratos e licitações, bem como as normas e instruções baixadas pelo Tribunal de Contas do Estado.

Art. 8º - O Fundo Especial da Procuradoria Geral do Estado do Paraná será dotado de autonomia de gestão e escrituração contábil própria, sendo seu presidente o representante legal e o ordenador das despesas em conjunto com o tesoureiro.

Art. 9º - O Fepge/PR, prestará contas da arrecadação e aplicação de seus recursos, nos prazos e na forma da legislação vigente.

Art. 10 - O Conselho Diretor do Fepge/PR expedirá instruções normativas referentes à organização, estruturação e funcionamento do Fundo Especial da Procuradoria Geral do Estado do Paraná e quanto aos documentos e procedimentos para arrecadação de suas receitas.

Art. 11 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, ficando recepcionado o Decreto nº 1118, de 23 de abril de 2003.

Sala das Comissões, em 18.11.2003

(a) ADEMAR TRAIANO

Presidente e Relator

#### ITEM 07

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 595/2003, de autoria do deputado Alexandre Curi, que declara de Utilidade Pública a Associação de Mães Estrelas, com sede e foro no município de Curitiba. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL  
PROJETO DE LEI Nº 595/2003

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública o Clube de Mães Estrelas, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 17.11.2003.

(aa) ADEMAR TRAIANO - Presidente

NELSON JUSTUS - Relator

#### ITEM 08

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 596/2003, de autoria do deputado Ademir Bier, que declara de Utilidade Pública a Associação Amigas Voluntárias Santaelenenses, com sede e foro no município de Santa Helena. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL  
PROJETO DE LEI Nº 596/2003  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Amigas Voluntárias Santaelenenses, com sede e foro no município de Santa Helena.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 17.11.2003.

(aa) ADEMAR TRAIANO - Presidente

NELSON JUSTUS - Relator

#### ITEM 09

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 603/2003, de autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Cosmo Inácio - Ensino Fundamental, com sede e foro no município de Janiópolis. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL  
PROJETO DE LEI Nº 603/2003  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Cosmo Inácio Coelho - Ensino Fundamental, com sede no município de Janiópolis e foro no município de Campo Mourão.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 17.11.2003.

(aa) ADEMAR TRAIANO - Presidente

NELSON JUSTUS - Relator

#### ITEM 10

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 665/2003, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 035/2003, que objetiva definir critérios de escolha, mediante consulta à comunidade escolar para designação de diretores e diretores auxiliares da Rede Estadual de Educação Básica do Paraná. **Aprovado.**

**REDAÇÃO FINAL**  
**PROJETO DE LEI Nº 665/2003**  
**A Assembléia Legislativa do**  
**Estado do Paraná**

**P A R E C E R :**

**Capítulo I**  
**Das Disposições Gerais**

Art. 1º - A designação de diretores e diretores auxiliares da Rede Estadual de Educação Básica do Paraná é competência do Poder Executivo, a qual fica delegada nos termos desta lei, à comunidade escolar, mediante consulta a ser realizada simultaneamente em todos os estabelecimentos de Ensino.

§ 1º - Excetuam-se da presente lei os estabelecimentos de ensino em regimes especiais, regidos nos termos dos convênios celebrados com a Secretaria de Estado da Educação, os que funcionam em prédios privados, cedidos ou alocados de instituições religiosas, os da Polícia Militar do Estado do Paraná e o Colégio Estadual do Paraná.

§ 2º - Nos estabelecimentos de ensino que funcionam em parceria com a Secretaria de Estado da Justiça/ Departamento Penitenciário e com a Secretaria de Estado do Emprego, Trabalho e Promoção Social/Instituto de Ação Social do Paraná haverá processo de seleção para diretores, obedecendo critérios próprios, estabelecidos em Resolução Secretarial.

Art. 2º - Para os fins da presente lei entende-se por Comunidade Escolar os professores, especialistas em educação, funcionários, pais ou responsáveis e os alunos do Estabelecimento de Ensino onde se dará a designação dos diretores.

**Capítulo II**  
**Da Consulta**

Art. 3º - A consulta para designação de diretores e diretores auxiliares será realizada de 3 (três) anos, no mês de novembro do calendário civil, através de voto por chapa, direto, secreto e facultativo dos membros da comunidade escolar aptos a votar, vedado o voto por representação.

Parágrafo Único - O processo de consulta será

I - supervisionado pela Diretoria Geral da Secretaria de Estado da Educação;

II - coordenado pela Assessoria Jurídica da Secretaria de Estado da Educação; e,

III - executado pelos Núcleos Regionais de Educação e Estabelecimentos de Ensino da Rede Estadual de Educação Básica do Paraná.

Art. 4º - Estão aptos a votar os seguintes segmentos dos estabelecimentos de ensino:

I - professores e especialistas de educação;

II - funcionários;

III - responsável, perante a escola, pelo aluno menor de 16 anos, não votante;

IV - alunos matriculados no Ensino Médio e Educação profissional.

V - alunos com no mínimo 16 (dezesesseis) anos completos, até a data da consulta, matriculados no ensino fundamental.

Parágrafo Único - Nos estabelecimentos de ensino referidos no parágrafo 2º do artigo 1º desta lei são aptos a votar os professores, especialistas de educação e funcionários.

Art. 5º - Haverá, em cada estabelecimento de ensino, uma Comissão Eleitoral composta por dois representantes do segmento de representantes legais dos alunos; dois de professores; dois de especialistas da educação; dois de funcionários; e dois de alunos; eleitos por seus pares, em assembleias convocadas pela direção especificamente para este fim.

Parágrafo Único - Não poderão compor a Comissão Eleitoral o diretor, o diretor auxiliar, o candidato a diretor e diretor auxiliar, alunos não votantes, bem como os cônjuges e parentes dos candidatos até o 2º grau, inclusive, nos termos da lei civil.

Art. 6º - Compete à Comissão Eleitoral responsável pelo processo de consulta para designação de diretores e diretores auxiliares, além das atribuições constantes da Resolução, as seguintes:

I - responsabilizar-se pela condução do processo de consulta;

II - registrar os candidatos à Direção e Direção Auxiliar;

III- convocar Assembléia Geral da Comunidade Escolar de Ensino a data em que ocorrerá a consulta;

V - elaborar a lista dos aptos a votar que será utilizada no dia da consulta;

VI - fiscalizar o processo de consulta, mormente no dia da votação;

VII - colher os votos, proceder à apuração e à proclamação do resultado da consulta, lavrando-se ata respectiva;

VIII- encaminhar ao respectivo Núcleo Regional de Educação, até o terceiro dia útil subsequente à realização da consulta, o seu resultado e eventuais recursos interpostos.

**Capítulo III**  
**Do Registro dos Candidatos**

Art. 7º - O registro dos candidatos para estabelecimentos que comportem diretor (es) auxiliar (es) será feito através de chapa, em que conste o nome do candidato a diretor e diretor (es) auxiliar (es) de acordo com o porte do Estabelecimento de Ensino.

§ 1º - A divulgação do processo de consulta será regulamentada através de Resolução.

§ 2º - Os candidatos a diretor ou a diretor auxiliar somente poderão ser registrados em um único Estabelecimento de Ensino.

§ 3º - Quando não houver candidato inscrito, será prorrogado, por 15 (quinze) dias, o prazo de inscrição; perdurando a ausência de inscrito (s), será realizada nova consulta até o dia 15 (quinze) de abril do ano subsequente.

§ 4º - Nos estabelecimentos de ensino que não comportam diretor auxiliar serão registradas candidaturas individuais.

Art. 8º - São requisitos para o registro da chapa:

I - pertencer ao Quadro Próprio do Magistério, ao Quadro Único de Pessoal, ao Quadro Próprio do Poder Executivo, ou que mantenham vínculo com o Estado sob a sigla TF57, TF58 e CLAD;

II - possuir curso superior com licenciatura ou, quando se tratar de estabelecimento de ensino que ministre apenas educação infantil e ensino fundamental até a 4ª série, pelo menos o curso magistério;

III - estar em exercício, no mínimo, 90 (noventa dias) ininterruptos de exercício no estabelecimento de ensino que pretende dirigir até a data do registro da chapa;

VI - ter disponibilidade legal para assumir a função, no caso de estabelecimento de ensino que tenha demanda de 40 (quarenta) horas de direção;

V - não ter cumprido pena estabelecida em sentença criminal transitada em julgado nos últimos 2 (dois) anos;

VI - não ter sido condenado, nos últimos 3 (três) anos, ao cumprimento de penalidade administrativa de suspensão de 45 (quarenta e cinco dias) ou mais, multa, destituição da função, demissão e cassação de aposentadoria.

§ 1º - Os candidatos a diretor e diretor auxiliar dos estabelecimentos de ensino exclusivamente de educação profissional poderão ser registrados mediante a comprovação de formação superior na sua área específica.

§ 2º - A carga horária do candidato a diretor auxiliar não poderá ser superior à carga horária do candidato a diretor.

## Capítulo IV

### Do Voto

Art. 9º - Cada pessoa apta a votar terá direito a um voto, mesmo que represente mais de um segmento da comunidade escolar ou mais de um aluno não votante.

Art. 10 - O quórum mínimo de comparecimento para homologar o processo de consulta será de pelo menos 51% (cinquenta e um por cento) dos constantes da lista de aptos a votar, aprovada pela comissão eleitoral do estabelecimento de ensino.

§ 1º - Será considerada vencedora a chapa ou candidato que obtiver o maior resultado apurado com a fórmula descrita no artigo 11 desta lei.

§ 2º - Serão considerados inválidos os votos brancos e nulos, exceto no caso de candidatura única, quando serão computados como válidos os votos em branco, exclusivamente para efeito de quórum.

Art. 11 - Os votos serão apurados obedecida a seguinte fórmula:

$$V(X) = \frac{PA(X).50}{V \text{ VPA}} + \frac{PF(X).50}{V \text{ VPF}}$$

sendo que:

V(X) = total de votos alcançados pelo candidato

PA(X) = número de votos de pais e alunos para candidato

V VPA = número total de votos válidos de pais e alunos

PF(X) = total de votos de professores e funcionários para o candidato

V VPF = número total de votos válidos de professores e funcionários.

Art. 12 - Em caso de empate será escolhida a chapa em que o candidato a diretor, sucessivamente:

I - tenha mais tempo de serviço no estabelecimento de ensino que pretende dirigir;

II - tenha mais tempo de serviço no Magistério Estadual;

III - tenha mais tempo em direção de estabelecimentos da rede de ensino público estadual;

IV - tenha maior titulação na área educacional, tal como licenciatura, especialização, mestrado e doutorado.

Art. 13 - O candidato a diretor e a diretor auxiliar que se sentir prejudicado com o resultado da consulta poderá interpor recurso, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas contadas a partir da divulgação do resultado, perante a Comissão Eleitoral, que encaminhará ao Núcleo Regional de Educação.

Parágrafo Único - Os recursos interpostos serão julgados em primeira instância pela comissão eleitoral do estabelecimento de ensino, e segunda instância pelo Núcleo Regional de Educação, e, em última instância, pelo Secretário de Estado da Educação.

## Capítulo V

### Das Disposições Transitórias

Art. 14 - O processo de consulta estabelecido na presente lei será regulamentado por Resolução.

## Capítulo VI

### Das Disposições Gerais

Art. 15 - A gestão do diretor e diretor auxiliar será de 3 (três) anos, com início no primeiro dia útil do ano

civil subsequente, sendo admitida apenas duas reconduções consecutivas.

Parágrafo Único - Caso o processo de consulta se realize no início do ano civil, a gestão dos candidatos escolhidos iniciar-se-á até 30 dias contados do resultado da consulta e terminará quando se encerrar a gestão dos escolhidos no mês de novembro.

Art. 16 - No caso de afastamento temporário do diretor, a substituição será feita pelo diretor auxiliar, que ocupará a primeira posição no registro da chapa e assim, sucessivamente.

Art. 17 - Em caso de vacância do diretor, o diretor auxiliar será designado como diretor e completará a gestão, obedecida a ordem de inscrição da chapa e assim, sucessivamente.

Parágrafo Único - Esgotadas as possibilidades previstas no *caput* deste artigo, será realizada nova consulta, nos termos desta lei.

Art. 18 - Nos estabelecimentos de ensino em que não houver quórum mínimo de 35% (trinta e cinco por cento) ou onde a chapa ou candidato únicos obtiverem resultado inferior ao número de votos em branco será realizada nova votação, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data da consulta.

Parágrafo Único - Após a segunda votação prevista neste artigo, não havendo candidato eleito, ou nos estabelecimentos de ensino em que não houve consulta, por ausência de candidato inscrito, o secretário de Estado da Educação designará o diretor até a realização de nova consulta, que deverá ocorrer até 15 de abril do ano subsequente, nos termos desta lei.

Art. 19 - Publicado no ato de nomeação do diretor e diretor auxiliar no Diário Oficial do Estado, será dada posse aos designados no primeiro dia útil do ano civil subsequente.

Art. 20 - O diretor ou diretor auxiliar poderão ser destituídos da função a pedido ou motivadamente, pelo secretário de Estado da Educação, quando condenados por sentença criminal transitada em julgado e quando apenados administrativamente por suspensão, mediante o devido processo legal e garantindo-se os princípios da ampla defesa e do contraditório.

Art. 21 - O diretor e o diretor auxiliar serão destituídos da função a pedido da comunidade escolar, mediante votação em plebiscito, convocado especialmente para este fim.

§ 1º - O plebiscito para destituição da função de diretor e/ou diretor auxiliar será convocado mediante requerimento contendo assinaturas da maioria simples de cada segmento dos aptos a votar da comunidade escolar.

§ 2º - Reunidas as assinaturas, o requerimento de convocação de plebiscito será encaminhado à Secretaria de Estado da Educação, para seu deferimento e execução dentro de 60 (sessenta) dias.

§ 3º - O quórum mínimo para validar o plebiscito é o comparecimento de, pelo menos, a maioria simples, por segmento, daqueles que assinaram o requerimento de sua convocação.

§ 4º - A votação para destituição da função de diretor e/ou diretor auxiliar será secreta e seguirá a fórmula prevista no artigo 11 desta lei.

Art. 22 - O diretor e o diretor auxiliar deverão participar de programas de capacitação pedagógica-administrativa definidos pela Secretaria de Estado da Educação.

Art. 23 - O secretário de Estado da Educação, mediante resolução, baixará as regulamentações que se fizerem necessárias ao fiel cumprimento da presente lei.

Art. 24 - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 18.11.2003

(a) ADEMAR TRAIANO  
Presidente e Relator

### ITEM 11

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 016/2003, de autoria do deputado Tadeu Veneri, que dispõe sobre a realização de plebiscito diante de propostas de obras e serviços estaduais de grande vulto. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E COPTC. COM EMENDAS DA CCJ E COPTC. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO.

#### Em votação.

O SR. ELIO RUSCH

Para encaminhar, senhor presidente.

O SR. TADEU VENERI

Para encaminhar a votação, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sobre o referido projeto, há o Requerimento nº 2687, de autoria do deputado Ângelo Vanhoni, constante do expediente, solicitando seu arquivamento. **Em votação.**

O SR. TADEU VENERI

Para encaminhar, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Para encaminhar o requerimento?



O SR. TADEU VENERI

Para encaminhar o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Com a palavra o deputado Tadeu Veneri.

O SR. TADEU VENERI

O projeto que nós apresentamos, senhor presidente, que foi aprovado em duas votações e hoje devem ser discutidas as emendas, está sendo requerido o seu arquivamento, ou melhor, está sendo requerida a sua retirada, é isto?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

O seu arquivamento.

O SR. TADEU VENERI

Arquivamento, baseado em qual artigo, senhor presidente?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Eu peço a V. Exa. aguardar uns segundos para que nossa assessoria nos informe.

(Pausa)

Artigos 129 e 130, parágrafo 4º.

O SR. TADEU VENERI

Na realidade estou encaminhando contrário à solicitação de retirada de projeto por uma razão simples: ele foi aprovado, senhoras e senhores deputados e nossos visitantes, em duas Sessões; ele tem pareceres favoráveis, por unanimidade da CCJ, Comissão de Finanças, da Comissão de Obras Públicas, e não há, em princípio, motivo para que ele seja arquivado.

Eu até acredito que ele possa ser votado e derrotado, agora, se arquivado sem que nós votemos, sem que possamos fazer o debate, não me parece ser o melhor caminho, até porque ontem eu ouvi de alguns deputados algumas afirmações que eu gostaria apenas, senhor presidente, justamente por isso estou encaminhando contrário, de, não diria corrigir, porque não é esse o objetivo, absolutamente, mas é de ponderar. O projeto pretende dispor sobre a realização de plebiscito diante de propostas de obras de serviços estaduais de grande vulto. Pode haver um entendimento do Executivo e eu respeito que este projeto não lhe traga substancial vantagem ou não lhe traga economicamente. Agora é óbvio, senhor presidente, senhores deputados que ninguém apresenta um projeto simplesmente por fazer ou para fazer o debate aqui no plenário, os projetos são apresentados porque nós acreditamos que são o melhor método que nós temos. Isso temos visto todos os dias, de fazer o debate com a população.

Dito isso, é preciso registrar que o plebiscito não é uma invenção nossa; está previsto na Constituição Estadual e está previsto na Constituição Federal e eu acredito

que é a melhor forma de radicalizarmos a democracia, a melhor forma de darmos, de fato, à população, condições inclusive de se expressar e: quando ela é chamada não apenas a cada 4 anos ou 2 anos, no caso das nossas próximas eleições, mas a cada 4 anos, é chamada para decidir como é quando vai ser gasta grande soma de recursos.

Acho que é preciso que entendamos, de uma vez por todas, o que significa a República, a República difere, na sua essência, do império e da monarquia, difere inclusive porque dá ao povo direito de manifestação, direta e indireta, senhor presidente. E é por isso que quando é encaminhado um pedido para que seja arquivado um projeto como esse, eu prefiro e solicito aos senhores deputados, que este projeto seja, se for da vontade dos senhores deputados, que este projeto seja derrotado em Plenário, que seja derrotado pela maioria dos senhores deputados, porque têm um entendimento diferente e é legítimo que tenham. O que não acho compreensível é, como poderemos ter um projeto aprovado em todas as Comissões, que é aprovado em duas sessões, aqui, dentro desta Casa. A primeira delas, inclusive, por maioria absoluta, por unanimidade e depois é retirado sem nenhuma explicação! Não me parece coerente com os princípios republicanos buscar fazer em argumento que nos remetem a situações imperiais o fato de termos que retirar esse projeto.

Solicito aos senhores deputados que, se entenderem assim, dentro do seu foro legítimo de votação, que derrotem o projeto. Acho legítimo, deputado José Maria, deputado Elio Rusch, deputado Hermes Fonseca, que inclusive participaram das Comissões. Agora, retirar o projeto para não derrotá-lo, parece me que é um atalho e que não me convence. Por isso, solicito que o projeto seja votado.

Obrigado, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Poderei colocar o projeto em votação posteriormente ao requerimento, se este for recusado. Está em votação o requerimento de autoria do deputado Ângelo Vanhoni, para o arquivamento.

O SR. ÂNGELO VANHONI (**Para Encaminhar**)

Gostaria de justificar ao deputado Tadeu Veneri, de que já tinha manifestado esse nosso entendimento ao próprio deputado, de que este é um projeto inviável do ponto de vista da administração pública. E tem algumas confusões do ponto de vista de *referendum* e de plebiscito do ponto de vista constitucional. De certa maneira, essa é uma matéria da questão da constitucionalidade. A questão de plebiscito e de *referendum*, quem deve tratar disso é a Constituição do Estado, não é uma lei ordinária. O nosso encaminhamento, ontem, em função da soneca que tivemos, - porque todos nós não percebemos - era o encaminhamento de que o projeto deveria ter sido rejeitado.

Esta discussão, deputado Tadeu, de alguma forma tem sido feita. E pessoalmente já tinha comunicado a V. Exa. de que seríamos contrários a esse seu projeto.

Sei que V. Exa. apresentou um projeto com o mesmo teor na Câmara de Vereadores de Curitiba, mas nós aqui, no plenário, o entendimento do Governo, não vamos aprovar. Isso não quer dizer que o Governo do Estado e nem a sua base política tenha qualquer problema em fazer a consulta popular sobre questões que dizem respeito e estão consignadas na Constituição, ou que por algum motivo seja sugerida pela Assembléia Legislativa do Paraná.

O Governo do Estado está aberto para consulta popular sobre os grandes temas de interesse do ponto de vista da Constituição do Estado, Direitos Humanos, modificações da nossa Constituição, da forma como prevê a Constituição Federal e como prevê a Constituição do Estado, que transcreve o mesmo artigo da Constituição Federal.

Neste sentido, estamos encaminhando pelo arquivamento desse projeto, porque de outra maneira se ele prosseguir a sua tramitação e for enviado ao Governo do Estado, o governador não fará outra coisa, a nosso pedido, a não ser o veto desse projeto, e para que não tenhamos nenhuma solução de continuidade, de desgaste, vamos pedir o arquivamento, porque, pelo veto o governador vai apensar.

V. Exa. está de parabéns por ter suscitado o debate a respeito de *referendum*, a respeito da perspectiva de que o Estado não desenvolva recursos e gaste em obras desnecessárias. Acho que esse é o centro da sua preocupação, como aconteceu em administrações públicas em anos passados: obras de vulto foram construídas, inacabadas, e quem perdeu com isso foi a sociedade. Pode ter certeza que neste governo isso não vai acontecer.

Então, senhor presidente e senhores deputados, solicito o arquivamento do presente projeto.

#### O SR. TADEU VENERI

Apenas para esclarecer.

Acho que talvez não haja uma compreensão clara do projeto. Até trouxe, deputado Ângelo Vanhoni, cópias do projeto e dos pareceres, e distribuí alguns aqui. Sei que o ritmo às vezes é muito maior do que podemos acompanhar. A constituição (Federal e Estadual) é clara quando diz que o *referendum*, o plebiscito, pode ser exercido, mas não diz como. Isso deve ser objeto de lei específica. A Constituição Estadual não determina como, em que motivo, por quais razões tem que ser feito o plebiscito. Só diz que podemos realizar plebiscito, mas não diz como.

O que estamos propondo, senhor presidente, é que 5% do orçamento, todas as vezes que tivermos 5% da receita tributária, que significam quase 500 milhões de reais e que são obras raríssimas, por isso mesmo impacta a população, é que a população teria que se manifestar. Não são obras que acontecem todos os dias.

Então, não compete à Constituição sozinha, dizer como que vai ser feito. É necessário, sim, que haja uma lei específica regulamentando e ampliando a democracia.

O deputado Ângelo Vanhoni, que é um deputado experiente, sabe que nós não teríamos, por exemplo, o problema que tivemos com a Renault aqui. Teríamos a privatização, talvez da ferrovia; não teríamos outras obras feitas acima de 500 milhões, ou teríamos? Desde que a população pudesse se manifestar e fazer livremente o debate.

Pedi, pela ordem, porque quero esclarecer ao Plenário que não se trata simplesmente de uma lei colocando alguma coisa, qualquer coisa.

Obrigado.

#### O SR. DURVAL AMARAL (Para Encaminhar)

Senhor presidente, claro que o nosso Regimento Interno parece não ser claro com relação a arquivamento de projeto na Ordem do Dia já em segunda votação. Mas, não me recordo, efetivamente, na Assembléia Legislativa que outra pessoa que não o autor, tenha pedido o arquivamento de projeto que conste da Ordem do Dia. Também acho que fica uma situação muito constrangedora para todos nós, independente de sermos deputados da Oposição ou da Situação, e até configuraria um mal-estar com relação às Comissões, à Comissão de Constituição e Justiça, às demais que analisaram esse projeto, se simplesmente agora - não é nem sequer o autor - arquivássemos essa matéria.

Então, porque é que as comissões apreciaram o projeto? Acho que fica uma situação muito esquisita. Quero me somar ao deputado Tadeu nessa questão. Acho que não cabe o arquivamento. Penso que se V. Exa. assim entender, o requerimento pedindo o arquivamento sequer poderia ser recebido pela Mesa e que votássemos a matéria.

Efetivamente a Oposição, ontem, o deputado Carli, o deputado Elio Rusch já se manifestaram pela rejeição. Vamos votar contrariamente ao projeto do deputado Tadeu Veneri no que se refere ao mérito, mas acho que seria um desrespeito muito grande arquivar um projeto que está em segunda votação, deputado Tadeu, sem o seu consentimento, sem a sua anuência, sem que ele seja o autor desse requerimento.

Então, me somo ao deputado Tadeu nessa questão.

#### O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES (Para Encaminhar).

Senhor presidente, senhores deputados, só quero aqui registrar a minha posição, como integrante do Bloco de Oposição, que nesse assunto, voto contra o projeto do deputado Tadeu Veneri, inclusive porque mesmo estando na Oposição ao governo, não podemos dificultar a operacionalização, a administração estadual e esse projeto vai inviabilizar o governo do Estado do Paraná.

Então, a minha posição é contrária ao projeto.

Obrigada.

#### O SR. FERNANDO RIBAS CARLI (Para Encaminhar)

Senhor Presidente, senhoras e senhores deputados. Na tarde de ontem, em função de um cochilo de todos os

deputados que aqui se faziam presentes, aprovamos em segunda discussão este projeto que prevê a realização de plebiscito para a construção de obras de grande vulto, de obras que irão despendar grandes recursos públicos. Tive ontem a oportunidade de levantar essa questão aqui, e quero hoje dizer, senhor presidente, que devemos votar, sim, este projeto, hoje. Não o arquivamento, como bem colocou o deputado Durval Amaral. Poderia ser votado pelo arquivamento se ele tivesse a iniciativa do autor, mas no momento em que não temos a iniciativa do autor, que o autor defende a votação, nós teremos que seguir o Regimento Interno, nós temos que colocar em votação.

Quero neste momento, mais uma vez deixar claríssima a posição que temos nesta Casa, de votar pelo Estado, votar em favor do povo do Paraná. E, no momento em que nós nos defrontamos com um projeto igual a esse, só podemos imaginar que, se aprovado, nós vamos dificultar não somente a vida do governador; nós não podemos imaginar que estaríamos dificultando a vida do Executivo; estaríamos prejudicando a população do Paraná.

Imaginem os senhores, que nós temos o conhecimento que existe uma burocracia muito grande no serviço público. Qualquer obra para ser realizada pelo serviço público, tem que seguir os ditames da lei, tem que haver a concorrência, a tomada de preço, uma licitação pública, em prazos que devem ser cumpridos. Isto já demora muito tempo.

Agora, vamos imaginar, senhor presidente, senhoras e senhores deputados, se tivéssemos que, a cada obra que o governo vai realizar, fazer uma consulta popular! Quanto tempo demora uma consulta popular, e o gasto que isto vai causar ao erário público! Nós não podemos imaginar que um projeto como esse possa vingar, não só no Estado do Paraná, como em qualquer Estado do Brasil. Não podemos nós do Paraná, darmos um exemplo como esse. Nós precisamos cada vez mais fazer com que a iniciativa pública seja rápida. Nós sabemos que tudo o que é demorado custa caro, tudo que demora acaba prejudicando a população.

Por isso, senhor presidente, quero deixar novamente consignado o meu voto contra este projeto. Peço também que seja colocado em votação, porque quero me somar à votação. Quero me somar àqueles que são contra o projeto numa posição muito clara, que nós queremos o progresso, o desenvolvimento e queremos facilitar a vida do Executivo, porque o povo do Paraná tem pressa em receber o que foi prometido. O povo do Paraná anseia por obras que venham melhorar a qualidade de vida de todos.

Por isso, senhor presidente, quero aqui deixar consignado o meu voto contra este projeto, o projeto do item 11 da pauta da Ordem do Dia, de hoje.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está em votação o requerimento.

Senhores deputados que aprovam o requerimento.

**Aprovado.**

Com o voto contrário dos deputados Tadeu Veneri, Padre Paulo Campos e Luciana Rafagnin.

O SR. TADEU VENERI

Verificação de votação, senhor presidente!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Os que votam favoráveis ao requerimento do deputado Ângelo Vanhoni.

25 deputados aprovam;

09 rejeitam.

**Está aprovado o requerimento.**

Fica portanto arquivado o projeto do deputado Tadeu Veneri.

O SR. TADEU VENERI (**Justificativa de voto**)

Eu acho que é necessária a justificativa de voto, senhor presidente, porque nesses oito meses que estou na Casa, foi bem lembrado pelo deputado Durval Amaral, e nos oito anos na Câmara Municipal, é a primeira vez, senhores deputados, e que isto não se transforme - é bom que nossos convidados, a imprensa aqui lembrem - que não se transforme num precedente. É a primeira vez que vejo um projeto onde o autor não retira, não pede adiamento, e um deputado a sua própria Bancada pede arquivamento! Em oito anos na Câmara Municipal, não vi isto!

Não estou dizendo que isto é uma batalha. Não é. Entendo. Pedi para ser derrotado. A compreensão foi diferente. Mas, é a primeira vez.

Que isto não se torne um precedente, porque cada um dos 54 deputados, agora, têm sobre si a responsabilidade de ter amanhã qualquer projeto apresentado e pedido, por qualquer deputado, o seu arquivamento. E não dá para reclamar depois.

Obrigado, senhor presidente, é por isto que votei contra o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

## ITEM 12

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 019/2003, de autoria do deputado Delegado Bradock, que institui o Serviço Voluntariado no Estado do Paraná, mais especificamente nas fileiras da Polícia Militar e Polícia Civil, com aproveitamento dos reservistas das Forças Armadas do Brasil. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E SP. COM EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO.

**Aprovada a emenda.**

## ITEM 13

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 254/2003, de autoria do deputado Pastor Edson Praczyk, que dispõe sobre a obrigatoriedade das empresas produtoras, distribuidoras e que comercializam disquetes ou similares, a recolhê-los

quando inutilizados, dando-lhes destinação sem causar poluição ambiental. **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CEMA. Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 14

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 292/2003, de autoria do deputado Mauro Moraes, que dispõe sobre benefícios para doadores de sangue e dá outras providências. **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CSP. COM EMENDA DA CCJ.**

#### O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (Pela Ordem)

Senhor presidente, eu faria encaminhamento contrário a este projeto, se tivéssemos a presença do autor, aqui. Como não temos, e para que não fique prejudicado o projeto, solicito a V. Exa. se considerar um requerimento...

#### O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Quero informar a V. Exa. que há duas emendas: emenda aditiva de Plenário de nº 01, de autoria do deputado Jocelito Canto, devidamente apoiada; emenda modificativa de Plenário, de nº 02, de autoria do deputado Marcos Isfer, devidamente apoiada, ambas nos seguintes termos:

#### EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO, DE Nº 01, AO PROJETO DE LEI Nº 292/2003

Fica incluído o inciso V, no artigo 1º, do Projeto de Lei nº 292/2003, de autoria do deputado Mauro Moraes, com a seguinte redação:

“V - isenção de pagamento de taxas de inscrição em concursos públicos estaduais.”

Sala das Sessões, em 19.11.2003.

(a) JOCELITO CANTO

Apoiamento:

Doutor Luciano, Nelson Tureck, Barbosa Neto e José Maria Ferreira.

#### EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO, DE Nº 02

Modifica o artigo 1º do Projeto de Lei nº 292/2003, passando o mesmo a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º - Aos doadores de sangue para Órgão Público Estadual de Saúde, serão concedidos os benefícios abaixo, desde que os doadores tenham renda abaixo de 03 (três) salários-mínimos:

I -...

II -...

III -...

IV -...

Sala das Sessões, em 19.11.2003.

(a) MARCOS ISFER

Apoiamento:

Pedro Ivo Ilkiv, Elton Carlos Welter, Luciana Rafagnin, Natálio Stica.

#### O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI

Perfeitamente.

Aí fica atendida minha preocupação, porque eu sou contra, absolutamente contra conceder qualquer benefício para qualquer pessoa que tenha intenção de doar sangue.

Olha, se a moda pega, nós não teremos mais ninguém que tenha espírito de solidariedade em nosso País.

Muito obrigado.

#### O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

O projeto está sendo encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça, em razão da apresentação de duas emendas.

#### ITEM 15

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 335/2003, de autoria do deputado Luiz Accorsi, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores do Bairro Elias Fara-jala Bacila, com sede e foro no município de Palmeira. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 16

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 498/2003, de autoria do deputado Hermas Brandão, que cria parque público de lazer no município de Almirante Tamandaré. **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CEMA. Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 17

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 604/2003, de autoria do deputado Luiz Nishimori, que declara de Utilidade Pública a Liga Desportiva Oeste Paranaense, com sede no município de Goioerê e foro na Comarca de Umuarama. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 18

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 612/2003, de autoria do deputado Mauro Moraes, que declara de Utilidade Pública a Associação para Vida Sem Drogas, com sede e foro na cidade de Curitiba. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 19

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 494/2003, de autoria do deputado Dobrandino da Silva, que autoriza o Poder Executivo a doar à APAE de Foz do Iguaçu o lote nº 0179, do quadrante 10, quadriculas 01, setor 06, da quadra 38, com benfeitorias, conforme específica. **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. Aprovado. (Publ. no DA nº 66/2003, de 04.09.2003).**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 494/2003

#### P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 494/2003, de autoria do senhor deputado Dobrandino da Silva, tem por designo autorizar

o Poder Executivo a doar à APAE de Foz do Iguaçu, o lote nº 179, do quadrante 10, quadrícula 01, setor 06, da quadra 38, com benfeitorias, conforme especifica.

Neste contexto, deve ficar evidenciado que o imóvel em questão, discriminado no artigo 1º, do referido projeto, já acomoda as instalações da APAE de Foz do Iguaçu.

Diante da situação ora gizada, este parlamentar manifesta-se de modo favorável, em vista da constitucionalidade e oportunidade da matéria, fazendo fulgurar que se segue o procedimento apropriado para tal intento.

Vale articular que, não adentrando ao mérito do projeto de lei, nada observa este parlamentar que, neste instante, possa impedir a normal tramitação nesta Casa de Leis.

Sala das Comissões, em 28.10.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente  
MARCOS ISFER - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,  
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES  
PROJETO DE LEI Nº 494/2003

**P A R E C E R :**

O presente projeto de lei, de iniciativa do eminente deputado Dobrandino da Silva, objetiva autorizar o Poder Executivo Estadual a efetuar doação de imóvel, que especifica, para a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) de Foz do Iguaçu.

Observa-se que o imóvel em questão já está sob o uso da referida entidade, em forma de comodato, formalizado através da Lei Estadual nº 9.578, de 14 de março de 1991, com prorrogação autorizada pela Lei Estadual nº 13.053, de 16 de janeiro de 2001.

Portanto, o uso do imóvel por parte da APAE de Foz do Iguaçu já está assegurado até o início de 2006. A proposta de transferir a propriedade, de forma condicional (exclusivamente para o uso da entidade, enquanto esta manter os seus objetivos), se justifica pelo fato de, desta forma, ser possível executar reformas no prédio, sua ampliação e até mesmo receber, para tanto, recursos de outras pessoas ou entes públicos.

Considerando que a função desta Comissão e a análise do mérito do projeto e não sua legalidade, mormente quanto à sua iniciativa, que já foi apreciada e aprovada na Comissão de Constituição e Justiça, onde nos posicionamos pela necessidade, obrigatoriedade, ter de partir do Executivo, manifestamo-nos favoráveis à aprovação do mesmo quanto ao mérito, posto tratar de proposição com objetivos de integral interesse público, qual seja, a de dar um destino definitivo do mencionado imóvel, para a APAE de Foz do Iguaçu, de este usar e dispor de forma completa.

Assim, somos de parecer favorável à iniciativa da presente proposição.

Sala das Comissões, em 11.11.2003.

(aa) JOSÉ MARIA FERREIRA - Presidente  
ELTON CARLOS WELTER - Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 539/2003, de autoria do deputado Nereu Moura, que municipaliza o trecho da Rodovia PR-471, que liga a sede do município de Três Barras do Paraná até o Rio Iguaçu. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. **Aprovado. (Publ. no DA nº 072/2003, de 15.09.2003).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 539/2003

**P A R E C E R :**

#### **Histórico**

O Projeto de Lei nº 539/2003, de autoria do deputado Nereu Moura, municipaliza o trecho da rodovia PR-471, que liga a sede do município de Três Barras do Paraná até o Rio Iguaçu.

#### **Da Fundamentação**

O projeto não apresenta óbices de natureza legal ou constitucional.

#### **Da Conclusão**

Pelo exposto, opino favoravelmente à sua regular tramitação.

Sala das Comissões, em 28.10.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente  
JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,  
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES  
PROJETO DE LEI Nº 539/2003

**P A R E C E R :**

De autoria do deputado Nereu Moura, o projeto em epígrafe tem por finalidade municipalizar o trecho da rodovia PR-471, que liga a sede do município de Três Barras do Paraná até o Rio Iguaçu.

De acordo com a justificativa do autor, essa providência faz-se necessária para viabilizar convênio entre o município e o Estado, visando a pavimentação desse trecho rodoviário.

Considerando esse fato e que a Comissão de Constituição e Justiça desta Casa emitiu parecer pela inexistência de óbice de ordem constitucional ou legal para a alteração pretendida, manifestamo-nos favoravelmente ao presente projeto.

Sala das Comissões, em 11.11.2003.

(aa) JOSÉ MARIA FERREIRA - Presidente  
ELZA CORREIA - Relatora

#### **ITEM 21**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 020/2003, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, que aprova o ressarcimento das despesas dos senhores deputados, mês de outubro de 2003, conforme Resolução nº 15, de 19 de junho de 1992. PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS. **Aprovado.**

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 020/2003  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º - Fica aprovada a prestação de contas da verba de ressarcimento para atender despesas dos senhores deputados, conforme Resolução nº 15, de 19 de junho de 1992, artigo 14, referente ao mês de outubro de 2003.

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.11.2003.

(a) COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

Apoioamento:

Antonio Anibelli, José Maria Ferreira, Nelson Tureck e Plauto Miró Guimarães.

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS  
PROPOSIÇÃO Nº 047/2003

P A R E C E R :

Encaminhada a esta Comissão de Tomada de Contas, a Proposição nº 047/2003, prestando contas da verba de créditos para atender ressarcimento das despesas dos senhores deputados, referentes ao mês de outubro de 2003, regulamentadas pela Resolução nº 15, de 19 de junho de 1992, em seu artigo 14.

Após análise do relatório do movimento para atender despesas constantes da proposição acima, entendo que o todo encontra-se de conformidade com a legislação em vigor, não restando qualquer dúvida quanto a exatidão das contas prestadas, deliberando pelo parecer favorável, aprovado.

Pelo acima exposto, conclui a relatoria, pela aprovação da presente proposição.

É o parecer favorável. **Aprovado.**

Sala das Comissões, em 18.11.2003.

(aa) DUÍLIO GENARI - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

ITEM 22

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação nº 119/2003, de autoria da deputada Luciana Rafagnin, que sugere a construção de um ramal ferroviário, ligando a região Centro à região Sudoeste do Estado do Paraná. **PARECER FAVORÁVEL DA COPTC. Aprovado. (Publ. no DA nº 090/2003, de 03/11/2003)**

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,  
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES  
INDICAÇÃO Nº 119/2003

P A R E C E R :

A presente proposição, em forma de Indicação Legislativa, de iniciativa da ilustre deputada Luciana Rafagnin, objetiva sugerir a construção de um ramal fer-

roviário, ligando a região do Centro do Paraná à região Sudoeste.

Por brevidade, reportamo-nos à justificativa da autora que acompanha a Indicação, e que concordamos integralmente de forma que somos de parecer favorável à presente proposição a ser estudada, e quiçá, implementada pelo Executivo Estadual.

Conclusão.

Assim, somos de parecer favorável à iniciativa da presente proposição.

Sala das Comissões, em 11.11.2003.

(aa) JOSÉ MARIA FERREIRA - Presidente

ELTON CARLOS WELTER - Relator

O SR. DURVAL AMARAL (Pela Ordem)

Senhor presidente, indago V. Exa. se o Projeto de Lei nº 655/2003, de autoria da CPI do Banestado, da lavra do nobre deputado Neivo Beraldin, que foi votado ontem em primeira e automaticamente deveria estar hoje em 2ª discussão, digo, em 2ª votação, se por esquecimento ou se houve um requerimento aprovado na tarde de ontem, pedindo adiamento desta votação, porque ele não figura na Ordem do Dia do dia de hoje e todos nós, deputados da Oposição, gostaríamos de saber qual a razão pela qual não consta da Ordem do Dia e se está incluído, ainda, em Sessão Extraordinária?

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

O autor, deputado Neivo Beraldin e a Comissão, pediram para que fosse votado na segunda-feira. Então, nós, de comum acordo, estabelecemos de votar na segunda-feira.

Sobre a mesa, Requerimentos nºs 2684, 2695 e 2699, de autoria do deputado Ratinho Júnior, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2685, de autoria do deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2686, 2691 e 2692, de autoria do deputado Doutor Luciano, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2688 a 2690, de autoria do deputado Ademir Bier, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2696, de autoria do deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2697, de autoria do deputado Marcos Isfer, constante do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2698 e 2700, de autoria do deputado Plauto Miró Guimarães, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2705, de autoria do deputado Fernando Ribas Carli, constante do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.



Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 24, à hora regimental, com a seguinte

### ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 494, 539, 655/2003 e do Projeto de Resolução nº 020/2003.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 514/2003.

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação nº 111/2003.

Levanta-se a Sessão.

### Audiência Pública:

#### AUDIÊNCIA PÚBLICA

Aos dezenove dias do mês de novembro de dois mil e três, no Plenário Luiz Gabriel Guimarães Sampaio deste Poder Legislativo, foi realizada Audiência Pública de prestação de contas da Secretaria de Estado da Saúde, em conformidade com o artigo 12 da Lei Federal nº 8.689, de 27 de julho de 1993, sob a presidência do deputado Natálio Stica e contando com a presença dos deputados Ângelo Vanhoni, Cida Borghetti, Duffio Genari, José Maria Ferreira e do Doutor Luciano, presidente da Comissão Permanente de Saúde Pública. Abrindo os trabalhos, o senhor presidente passou a palavra ao doutor Cláudio Murilo Xavier, secretário de Estado da Saúde que apresentou relatório do 1º semestre de 2003 e o Relatório Preliminar de Gestão da Secretaria de Estado da Saúde do exercício de 2002. Após a explanação do senhor secretário da Saúde, o deputado Natálio Stica abriu a palavra para os senhores deputados formularem perguntas sobre os relatórios apresentados pelo senhor secretário. A Sra. Maria Leonor Fanini Paulini, chefe do Grupo de Planejamento e Coordenação, também respondeu questionamentos dos senhores deputados. Encerrando os trabalhos, o senhor presidente agradeceu a presença das autoridades e de todos os presentes que compareceram na Audiência Pública.

(a) NATÁLIO STICA  
Presidente

### Atas de CPI:

#### COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO SEDU/PARANACIDADE ATA DA 31ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dez dias do mês de novembro do ano de dois mil e três, na sala de reuniões das comissões, às 17h00, foi realizada a trigésima primeira reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito da Sedu/Paranacidade. O senhor

presidente, deputado José Maria Ferreira, contou com a presença dos seguintes senhores deputados: Elio Rusch, Jocelito Canto, Artagão Júnior, Luiz Fernandes da Silva Litro, Cida Borghetti e Padre Paulo Campos. Em seguida, o senhor presidente, fez um agradecimento aos deputados, membros da Comissão, durante o período de duração da Comissão, e, solicitou ainda que fosse registrado o agradecimento especial ao presidente do Tribunal de Contas, Henrique Naigeboren, e ao conselheiro relator, Artagão de Mattos Leão. Na sequência, colocou em votação a Ata da reunião anterior, sendo dispensada a leitura da mesma e aprovada por unanimidade. Apresentou a pauta da reunião, e distribuiu uma cópia do relatório final a cada deputado, membro da CPI, para apreciação. Em seguida, passou a palavra ao senhor deputado Artagão Júnior, relator da Comissão, o qual agradeceu também o esforço e dedicação prestados pela equipe jurídica e técnica durante o período de vigência desta Comissão. Em seguida, fez a leitura da conclusão do relatório final da CPI. Após a leitura, o senhor deputado Jocelito Canto, sugeriu que o relatório final fosse apreciado pela Comissão, na semana, devendo ser apresentado na próxima reunião para votação. Aprovado. Na sequência, o senhor presidente deixou a palavra livre aos deputados, para as duas sugestões. Todos agradeceram a colaboração que receberam da equipe jurídica e técnica, bem como dos companheiros deputados. Assim sendo, o senhor presidente marcou a próxima reunião para o dia 18/11/2003, no mesmo local e horário. Aprovado. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente agradeceu a presença de todos, encerrando a presente reunião, e eu, Maria Henrique da Silva de Paula, secretária da CPI, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada por mim e pelo senhor presidente, para que produza os efeitos legais.

(aa) JOSÉ MARIA FERREIRA - Presidente  
Maria Henrique da Silva de Paula - Secretária

#### COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO SEDU/PARANACIDADE ATA DA 32ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezoito dias do mês de novembro do ano de dois mil e três, na sala de reuniões das comissões, às 17h00, foi realizada a trigésima segunda reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito da Sedu/Paranacidade. Havendo número legal, o senhor deputado Elio Rusch, vice-presidente da Comissão iniciou os trabalhos, colocando em votação a Ata da reunião anterior, sendo dispensada a leitura da mesma e aprovada por unanimidade. Apresentou aos demais deputados, membros da Comissão, a justificativa de voto em separado ao Relatório Final da CPI. Em seguida, o senhor deputado José Maria Ferreira assumiu a presidência, dando sequência à reunião. Na ordem, o deputado Jocelito Canto sugeriu à presidência, que fosse marcada nova reunião, para que a assessoria jurídica de cada parlamentar, apreciasse a justificativa apresentada

pelo deputado Elio Rusch. Apresentada e aprovada a sugestão por todos os membros, o senhor presidente marcou a próxima reunião para o dia 19/11/2003, às 11h00, no mesmo local, para a apreciação e votação do Relatório Final da CPI. Aprovado. E para constar, as notas taquigráficas fazem parte integrante desta Ata. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente agradeceu a presença de todos, encerrando a presente reunião, e eu, Maria Henrique da Silva de Paula, secretária da CPI, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada por mim e pelo senhor presidente, para que produza os efeitos legais.

(aa) JOSÉ MARIA FERREIRA - Presidente  
Maria Henrique da Silva de Paula - Secretária

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO  
SEDU/PARANACIDADE  
ATA DA 33ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezenove dias do mês de novembro do ano de dois mil e três, na sala de reuniões das comissões, às 11h00, foi realizada a trigésima terceira reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito da Sedu/Paranacidade. O senhor presidente, deputado José Maria Ferreira, contou com a presença dos seguintes senhores deputados: Elio Rusch, Jocelito Canto, Artagão Júnior, Luiz Fernandes da Silva Litro, Cida Borghetti, Jocelito Canto e Padre Paulo Campos. Em seguida, o senhor presidente colocou em votação a Ata da reunião anterior, sendo dispensada a leitura da mesma e aprovada por unanimidade. Apresentou a pauta da reunião para discussão e aprovação do Relatório Final da CPI. O deputado Artagão Júnior, relator da CPI, após ter acatado sugestões dos demais membros da comissão, fez a leitura dos itens alterados do relatório, sendo aprovado por todos. Em seguida, fez suas considerações finais em relação ao relatório final, e, confirmou sua posição favoravelmente à aprovação do mesmo. Na ordem, passou a palavra ao senhor presidente, o qual colocou em votação o relatório final, manifestando-se favoravelmente à aprovação do mesmo, e, com relação ao voto em separado do deputado Elio Rusch, propôs que o mesmo fará parte do relatório final, como anexo. Os deputados Jocelito Canto e Padre Paulo Campos, também, manifestaram-se favoravelmente à aprovação do relatório. Os deputados Luiz Fernandes da Silva Litro e Cida Borghetti manifestaram parecer contrário ao relatório final. O deputado Elio Rusch apresentou justificativa do voto em separado, manifestando parecer contrário, e, solicitou que a justificativa ora apresentada, fizesse parte desta Ata com anexo. Aprovado. Encerrando a votação, o senhor presidente declarou encerrados e concluídos os trabalhos da CPI, agradecendo o apoio dos nobres deputados, a equipe jurídica e técnica, pelos esforços e dedicações que desempenharam durante o período de vigência desta Comissão. E para constar, as notas taquigráficas fazem parte integrante desta Ata. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente agradeceu a presença de todos,

encerrando a presente reunião, e eu, Maria Henrique da Silva de Paula, secretária da CPI, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada por mim e pelo senhor presidente, para que produza os efeitos legais.

(aa) JOSÉ MARIA FERREIRA - Presidente  
Maria Henrique da Silva de Paula - Secretária

**Pauta da CCJ:**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PAUTA 25.11.2003  
ÚLTIMO PRAZO

Projeto de Lei nº 106/2003, autores deputados Doutor Luciano e André Vargas, que regulamenta os recursos mínimos para o financiamento da saúde pública e define as despesas em ações e serviços públicos de saúde. **Relator deputado Delegado Bradock. Designado em 02.09.2003.**

Projeto de Lei nº 318/2003, autor deputado Tadeu Veneri, que acrescenta parágrafo ao artigo 53 da Lei nº 6.174/70 carga horária dos funcionários da saúde. **Relator deputado Delegado Bradock. Designado em 02.07.2003. Vistas aos deputados Marcos Isfer e Doutor Luciano em 19.08.2003.**

Projeto de Lei nº 560/2003, autor deputado Ângelo Vanhoni, que institui categoria de loteria denominada raspadinha cultural, através de concurso de prognósticos com destinação de resultados para investimentos no setor de cultura do Estado do Paraná. **Relator deputado Durval Amaral. Designado em 22.10.2003.**

Projeto de Lei nº 590/2003, autor deputado Doutor Luciano, que proíbe o uso de areia e outras substâncias que liberem sílica nas atividades de jateamento no Estado do Paraná. **Relator deputado Durval Amaral. Designado em 22.10.2003. Vistas ao deputado José Maria Ferreira em 04.11.2003.**

Projeto de Lei nº 606/2003, autor deputado Duílio Genari, que autoriza o Poder Executivo a estadualizar o trecho da rodovia que liga Santa Tereza do Oeste a Luz Marina, município de São Pedro do Iguaçu. **Relator deputado Elton Carlos Welter. Designado em 22.10.2003. Vistas ao deputado Delegado Bradock em 04.11.2003.**

2ª REUNIÃO ORDINÁRIA  
RELAÇÃO DOS PROJETOS E  
RESPECTIVOS RELATORES

Projeto de Lei nº 59/2003, autor deputado Doutor Luciano, que dispõe sobre a isenção de tarifas dos serviços públicos de energia elétrica e água para famílias de

baixa renda no Estado do Paraná. **Relator deputado José Maria Ferreira. Designado em 05.11.2003.**

Projeto de Lei nº 134/2003, autor deputado Neivo Beraldin, que cria as divisões do centro de operações especiais da Polícia Civil do Estado do Paraná - COPE. **Relator deputado Delegado Bradock. Designado em 05.11.2003.**

Projeto de Lei nº 169/2003, autor deputada Luciana Rafagnin, que dispõe sobre o limite máximo de alunos por sala de aula no âmbito da rede pública estadual de ensino. **Relator deputado Tadeu Veneri. Designado em 05.11.2003.**

Projeto de Lei nº 193/2003, autor deputado Mauro Moraes, que concede isenção tarifária no transporte coletivo interestadual aos policiais civis do Estado do Paraná. **Relator deputado José Maria Ferreira. Designado em 05.11.2003.**

Projeto de Lei nº 231/2003, autores deputados Reni Pereira, Dobrandino da Silva e Chico Noroeste, que institui a região metropolitana de Foz do Iguaçu. **Relator deputado José Maria Ferreira. Designado em 05.11.2003.**

Projeto de Lei nº 235/2003, autor deputado Duílio Genari, que institui a região metropolitana de Toledo. **Relator deputado José Maria Ferreira. Designado em 05.11.2003.**

Projeto de Lei nº 576/2003, autor deputado Nelson Justus, que autoriza o Poder Executivo a estadualizar a rodovia municipal que liga o município de Arapuã até a BR 466. **Relator deputado Delegado Bradock. Designado em 05.11.2003.**

Projeto de Lei nº 587/2003, autor deputado Dobrandino da Silva, que altera dispositivos das Leis nºs 5.944/69 e nºs 5.940/69 (Lei de Promoção de Oficiais e Praças da Polícia Militar). **Relator deputado Delegado Bradock. Designado em 05.11.2003.**

Projeto de Lei nº 588/2003, autor deputado Doutor Luciano, que determina a obrigatoriedade do atendimento às mulheres para os casos de abortamento definidos em lei, por parte de hospitais de referência vinculados ao SUS. **Relator deputado Durval Amaral. Designado em 05.11.2003.**

Projeto de Lei nº 592/2003, autor deputado Neivo Beraldin, que dispõe sobre a prioridade nos procedimentos a serem adotados pelo ministério público e por outros órgãos a respeito das conclusões das comissões parlamentares de inquérito. **Relator deputado Durval Amaral. Designado em 05.11.2003.**

Projeto de Lei nº 616/2003, autor deputado Mauro Moraes, que dispõe sobre o aproveitamento de militares da reserva das forças armadas na Polícia Civil, na Polícia Militar, no Corpo de Bombeiro Militar e nos quadros funcionais do sistema penitenciário de nosso Estado. **Relator deputado Durval Amaral. Designado em 05.11.2003.**

Projeto de Lei nº 625/2003, autor deputado Miltinho Puppio, que autoriza o Poder Executivo a criar a circunscrição Regional de Trânsito no município de Kaloré. **Relator deputado Delegado Bradock. Designado em 05.11.2003.**

Projeto de Lei nº 626/2003, autor deputada Luciana Rafagnin, que institui para as escolas da zona rural, públicas e privadas do Estado do Paraná, a disposição de embasamento teórico e prático em agricultura ecológica. **Relator deputado Durval Amaral. Designado em 05.11.2003.**

Projeto de Lei nº 634/2003, autor deputado Miltinho Pupio, que autoriza o Poder Executivo a criar vilas militares para atender soldados da Polícia Militar onde houver demanda. **Relator deputado Delegado Bradock. Designado em 05.11.2003.**

Projeto de Lei nº 637/2003, autor deputada Cida Borghetti, que altera a redação do parágrafo 2º do artigo 1º da Lei nº 12.909/2000 (Faculta as prefeituras municipais efetuar movimentações financeiras). **Relator deputado José Maria Ferreira. Designado em 05.11.2003.**

Projeto de Lei nº 649/2003, autor deputado Mauro Moraes, que dispõe sobre o desemplacamento de veículos. **Relator deputado José Maria Ferreira. Designado em 05.11.2003.**

Projeto de Lei nº 653/2003, autor deputado Chico Noroeste, que institui o programa estadual de bolsa estudo, denominado bolsa universidade. **Relator deputado Delegado Bradock. Designado em 10.11.2003.**

#### 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA RELAÇÃO DOS PROJETOS E RESPECTIVOS RELATORES

Projeto de Lei nº 020/2003, autor deputada Luciana Rafagnin, que obriga as operadoras de telefonia celular, que operam no Estado do Paraná, a manter cadastros de todos os usuários de aparelhos telefônicos do sistema pré-pago. **Relator deputado Delegado Bradock. Designado em 12.11.2003.**

Projeto de Lei nº 024/2003, autor deputada Luciana Rafagnin, que autoriza o Poder Executivo a criar junto à Secretaria da Segurança Pública do Paraná, ser-

viço especializado de atendimento para receber denúncias de violência contra a mulher, a criança e o adolescente. **Relator deputado Delegado Bradock. Designado em 12.11.2003.**

Projeto de Lei nº 025/2003, autor deputada Luciana Rafagnin, que isenta os municípios do Estado do Paraná do pagamento de ICMS na aquisição de máquinas, veículos e caminhões novos. **Relator deputado José Maria Ferreira. Designado em 12.11.2003.**

Projeto de Lei nº 078/2003, autor deputado André Vargas, que obriga as operadoras de telefonia celular, que institui, no calendário de comemorações oficiais do Estado do Paraná a Semana da Paz. **Emenda de Plenário. Relator deputado Elton Carlos Welter. Designado em 12.11.2003.**

Projeto de Lei nº 081/2003, autor deputada Arlete Caramês, que dispõe sobre a exigibilidade da carteira de identidade para realização de matrícula na rede pública estadual de ensino. **Relator deputado Delegado Bradock. Designado em 12.11.2003.**

Projeto de Lei nº 098/2003, autor deputado Natálio Stica, que dispõe sobre a proibição à cobrança de consumação obrigatória ou consumação mínima em bares, boates, danceterias, casa de show e similares no Estado. **Relator deputado Delegado Bradock. Designado em 12.11.2003.**

Projeto de Lei nº 206/2003, autor deputada Luciana Rafagnin, que dispõe sobre a criação de um programa permanente de plantio de árvores pelos estudantes do ensino fundamental da rede pública do Estado do Paraná. **Relator deputado Duílio Genari. Designado em 12.11.2003.**

Projeto de Lei nº 292/2003, autor deputado Mauro Moraes, que dispõe sobre benefícios para doadores de sangue. **Emendas de Plenário. Relator deputado Delegado Bradock. Designado em 20.11.2003.**

Projeto de Lei nº 369/2003, autor deputado Antonio Anibelli, que inclui na área de abrangência da Ciretran de Mangueirinha, os municípios de Reserva do Iguaçu, Foz do Jordão e Honório Serpa. **Emendas de Plenário. Relator deputado Duílio Genari. Designado em 20.11.2003.**

Projeto de Lei nº 385/2003, autor deputado Nereu Moura, que altera a redação da Lei nº 11019/94 - alterou a Lei nº 7.811/83 - tabelas de serviços do Detran. **Relator deputado Durval Amaral. Designado em 20.11.2003.**

Projeto de Lei nº 483/2003, autor deputado Ângelo Vanhoni, que institui o prêmio estadual de cinema e

vídeo a ser organizado através da Secretaria de Estado da Cultura. **Emenda de Plenário. Relator deputado Marcos Isfer. Designado em 12.11.2003.**

Projeto de Lei nº 538/2003, autor deputado Pastor Edson Praczyk, que dispõe sobre a obrigatoriedade de cardápio em linguagem Braille em hotéis, restaurantes e similares. **Relator deputado Doutor Luciano. Designado em 12.11.2003.**

Projeto de Lei nº 636/2003, autor deputado Padre Paulo Campos, que cria o Programa Jornal Escola, exercício da cidadania no âmbito da Secretaria Estadual de Educação. **Relator: deputado José Maria Ferreira. Designado em 12.11.2003.**

Projeto de Lei nº 640/2003, autor deputado Pastor Edson Praczyk, que dispõe sobre a manutenção de desfibriladores automáticos externos em determinados locais. **Relator: deputado Doutor Luciano. Designado em 12.11.2003.**

Projeto de Lei nº 641/2003, autor deputado Renato Gaúcho, que cria o Conselho Estadual de Proteção às Vítimas de Abuso Sexual. **Relator: deputado Delegado Bradock. Designado em 12.11.2003.**

Projeto de Lei nº 642/2003, autor deputado Durval Amaral, que altera a redação da Lei nº 14.156/2003 (pagamento de débitos tributários). **Relator: deputado José Maria Ferreira. Designado em 12.11.2003.**

Projeto de Lei nº 662/2003, autor deputado Jocelito Canto, que institui a Região Metropolitana de Ponta Grossa. **Relator: deputado José Maria Ferreira. Designado em 20.11.2003.**

Projeto de Lei nº 664/2003, autor deputado Elton Carlos Welter, que institui o Dia do Técnico Agrícola. **Relator: deputado Doutor Luciano. Designado em 20.11.2003.**

Projeto de Lei nº 667/2003, autor deputado Hermas Brandão, que altera a Lei nº 6174/70 - licença especial remunerada para fins de aposentadoria. **Relator: deputado Marcos Isfer. Designado em 12.11.2003.**

Projeto de Lei nº 669/2003, autor deputado Nereu Moura, que altera a Lei nº 14.156/2003 - créditos do ICMS. **Relator: deputado José Maria Ferreira. Designado em 12.11.2003.**

Projeto de Lei nº 672/2003, autor deputado Ademir Bier, que dispõe sobre a inclusão do peixe nos cardápios dos programas de alimentação escolar. **Relator: deputado Elton Carlos Welter. Designado em 20.11.2003.**

Projeto de Lei nº 673/2003, autor deputado Augustinho Zucchi, que autoriza o Poder Executivo a doar terrenos ao município de Verê. **Relator: deputado Delegado Bradock. Designado em 20.11.2003.**

Projeto de Lei nº 682/2003, autor Poder Executivo, que dispõe sobre a indenização por morte ou invalidez permanente, total ou parcial, em decorrência de atos ou fatos ocorridos em efetivo exercício de suas funções por integrantes dos quadros da Polícia Civil e da Polícia Militar do Estado e aos das carreiras de agente penitenciário e de agente de execução. **Relator: deputado Delegado Bradock. Designado em 20.11.2003.**

Projeto de Lei nº 683/2003, autor deputado Poder Executivo, que autoriza o Poder Executivo a criar o Fundo Rotativo da Polícia Militar do Paraná em benefício dos Batalhões de Polícia Militar e Companhias Independentes. **Relator: deputado Delegado Bradock. Designado em 20.11.2003.**

Projeto de Lei nº 684/2003, autor Poder Executivo, que cria o Conselho Estadual de Biossegurança, órgão colegiado de caráter consultivo e deliberativo. **Relator: deputado Elton Carlos Welter. Designado em 20.11.2003.**

Projeto de Lei nº 685/2003, autor Poder Executivo, que autoriza o Poder Executivo a doar imóvel à Cohapar. **Relator: deputado Antonio Anibelli. Designado em 20.11.2003.**

Projeto de Lei nº 686/2003, autor Poder Executivo, que dispõe sobre o tratamento tributário pertinente ao IPVA - Lei nº 8216/85. **Relator: deputado Marcos Isfer. Designado em 20.11.2003.**

Proposição-Veto nº 44/2003, autor Poder Executivo, que veta o Projeto de Lei nº 332/2003, de autoria do deputado Nelson Garcia, que autoriza o Poder Executivo a doar terreno ao município de Indianópolis. **Relator: deputado Antonio Anibelli. Designado em 12.11.2003.**

Projeto de Lei nº 45/2003, autor Poder Executivo, que veta o Projeto de Lei nº 325/2003, de autoria do deputado Nelson Justus, que autoriza o Poder Executivo a doar imóvel ao município de Piraí do Sul. **Relator: deputado Antonio Anibelli. Designado em 12.11.2003.**

Proposição-Veto nº 46/2003, autor Poder Executivo, que veta o Projeto de Lei nº 294/2003, de autoria dos deputados Doutor Luciano e Hermas Brandão, que estabelece o direito da gestante ao conhecimento e a vinculação à maternidade onde receberá assistência no âmbito do SUS. **Relator: deputado Antonio Anibelli. Designado em 12.11.2003.**

Proposição-Veto nº 48/2003, autor Poder Executivo, que veta o Projeto de Lei nº 203/2003, de autoria do deputado José Maria Ferreira, que autoriza o Poder Executivo a doar imóvel ao município de Ibiporã. **Relator: deputado Antonio Anibelli. Designado em 20.11.2003.**

Proposição-Veto nº 49/2003, autor Poder Executivo, que veta o Projeto de Lei nº 253/2003, de autoria do deputado Doutor Luciano, que define diretrizes para a política de assistência integral aos portadores da Doença de Parkinson no âmbito do SUS. **Relator: deputado Antonio Anibelli. Designado em 20.11.2003.**

Indicação Legislativa nº 120/2003, autor deputado Hermes Fonseca, que propõe estudos para a redivisão administrativa do Estado. **Relator: deputado Duílio Genari. Designado em 12.11.2003.**

Indicação Legislativa nº 121/2003, autor deputado Hermes Fonseca, que propõe estudos para a implantação de Centros Administrativos nas sedes das regiões administrativas do Estado. **Relator: deputado Duílio Genari. Designado em 12.11.2003.**

#### **1ª REUNIÃO ORDINÁRIA RELAÇÃO DOS PROJETOS DE UTILIDADE PÚBLICA**

Projeto de Lei nº 124/2003, autor deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública a Associação Centro de Prevenção, Tratamento e Recuperação Contra as Drogas do Vale do Ivaí, com sede no município de Kaloré e foro no município de Jandaia do Sul.

Projeto de Lei nº 432/2003, que declara de Utilidade Pública a Associação Centro de Prevenção, Tratamento e Recuperação Contra as Drogas do Vale do Ivaí, com sede no município de Kaloré e foro no município de Jandaia do Sul.

**\*\*\*Ambos anexos. Relator: deputado Duílio Genari. Designado em 19.11.2003.**

Projeto de Lei nº 225/2003, autor deputado Elio Rusch, que declara de Utilidade Pública a Associação das Senhoras Integradas de Pato Bragado, com sede no município de Pato Bragado e foro no município de Marechal Cândido Rondon. **Relator: deputado Duílio Genari. Designado em 19.11.2003.**

Projeto de Lei nº 364/2003, autor deputado Nereu Moura, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Agricultores Familiares do município de Guaraniaçu, com sede e foro no município de Guaraniaçu. **Relator: deputado Duílio Genari. Designado em 19.11.2003.**

Projeto de Lei nº 387/2003, autor deputado Nereu Moura, que declara de Utilidade Pública a Associação de Produtores de Leite de Goioxim, com sede no muni-

cípio de Goioxim e foro na comarca de Cantagalo. **Relator: deputado Duílio Genari. Designado em 12.11.2003.**

Projeto de Lei nº 390/2003, autor deputado Alexandre Curi, que declara de Utilidade Pública a Associação de Desenvolvimento Comunitário do Rio Pratinha, com sede e foro no município de Santa Maria do Oeste. **Relator: deputado Duílio Genari. Designado em 19.11.2003.**

Projeto de Lei nº 611/2003, autor deputado Ailton Araújo, que declara de Utilidade Pública a Associação Cristã Jetro de Evangelismo e Missões, com sede e foro no município de Cascavel. **Relator: deputado Duílio Genari. Designado em 19.11.2003.**

Projeto de Lei nº 652/2003, autor deputado Jocelito Canto, que declara de Utilidade Pública a Associação de Oficinas de Caridade de Santa Rita de Cássia da Paróquia Santana, com sede e foro no município de Ponta Grossa. **Relator: deputado Duílio Genari. Designado em 19.11.2003.**

Projeto de Lei nº 654/2003, autora deputada Luciana Rafagnin, que declara de Utilidade Pública a Casa Família Rural de Francisco Beltrão, com sede e foro no município de Francisco Beltrão. **Relator: deputado Duílio Genari. Designado em 12.11.2003.**

Projeto de Lei nº 656/2003, autor deputado Doutor Luciano, que declara de Utilidade Pública o Clube de Mães da Vila Audi, com sede e foro no município de Curitiba. **Relator: deputado Duílio Genari. Designado em 12.11.2003.**

Projeto de Lei nº 657/2003, autor deputado Ângelo Vanhoni, que declara de Utilidade Pública a Sociedade Beneficente São Judas Tadeu, com sede e foro no municí-

pio de Ponta Grossa. **Relator: deputado Duílio Genari. Designado em 12.11.2003.**

Projeto de Lei nº 658/2003, autor deputado Ângelo Vanhoni, que declara de Utilidade Pública o Instituto Dedé Mocellin, com sede e foro no município de Curitiba. **Relator: deputado Duílio Genari. Designado em 12.11.2003.**

Projeto de Lei nº 659/2003, autor deputado Geraldo Cartário, que altera a redação do artigo 1º da Lei nº 10.346/93 - declarou de Utilidade Pública a Associação de Assistência Social Wesleyana da Vila São Pedro, com sede e foro no município de Curitiba. **Relator: deputado Duílio Genari. Designado em 12.11.2003.**

Projeto de Lei nº 661/2003, autor deputado Ailton Araújo, que declara de Utilidade Pública a Fundação Esperança, com sede e foro no município de Curitiba. **Relator: deputado Duílio Genari. Designado em 12.11.2003.**

Projeto de Lei nº 663/2003, autor deputado Luiz Carlos Martins, que declara de Utilidade Pública a Associação de Capoeira Berimbau de Prata, com sede e foro no município de Curitiba. **Relator: deputado Duílio Genari. Designado em 12.11.2003.**

Projeto de Lei nº 668/2003, autor deputado Durval Amaral, que declara de Utilidade Pública o Centro Social Coração de Maria, com sede e foro no município de Londrina. **Relator: deputado Duílio Genari. Designado em 19.11.2003.**

Projeto de Lei nº 670/2003, autor deputado Padre Paulo Campos, que declara de Utilidade Pública a Associação de Cegos de Sarandi, com sede e foro no município de Sarandi. **Relator: deputado Duílio Genari. Designado em 19.11.2003.**